

Mudar o quê?



Cartazes de propaganda eleitoral no centro de Porto Alegre durante a campanha de 2010

Reforma política Procurando refletir sobre os desdobramentos da atual crise de representação, que colocou novamente em pauta a necessidade de uma mudança no sistema político brasileiro, o JU conversou com cinco professores da Universidade. Entre as questões apontadas pelos especialistas está o regime de coalizão, que cria uma dependência exagerada do Poder Executivo em relação ao Legislativo, e a forma de eleger deputados e vereadores.

CadernoJU

ACREDITAÇÃO

Ensino com selo de qualidade

O certificado concedido pela Royal Society of Chemistry a dois cursos de bacharelado do Instituto de Química abre novas opções para os estudantes graduados na Universidade, como a revalidação automática de seus diplomas em países da Europa e da Ásia e nos Estados Unidos. Outros cursos da UFRGS já possuem reconhecimento internacional pelo sistema Arcu-Sul, que contempla nações do bloco sul-americano. **P7**

GUARDA COMPARTILHADA

Nova regra sem consenso

Especialistas se dividem quanto ao Projeto de Lei que propõe a adoção da guarda compartilhada nos casos em que não houver acordo entre os pais. A exceção será quando um dos progenitores declarar que não deseja ficar com o filho. Para o professor da Faculdade de Direito Jamil Bannura, na prática, a lei será impossível de ser executada em todos os casos. De acordo com o docente, trata-se de mais uma norma inútil, pois além de exigir um grau de maturidade entre os casais, o judiciário não tem estrutura para examinar os conflitos em tempo hábil. **P5**

DEPRESSÃO

O crescimento da doença que afeta quase 5% da população mundial

P4

Coreia do Norte

Docentes relatam impressões sobre um país isolado **P10**

Urbanismo

A UFRGS e a cidade têm uma construção entrelaçada **P13**

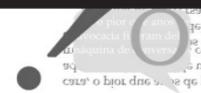
EDUCAÇÃO INFANTIL

Obrigatoriedade causa polêmica

Desde que a Lei n.º 12.796 tornou obrigatório o ensino dos 4 aos 17 anos, educadores e profissionais da área têm debatido os desdobramentos da medida. Para alguns, a decisão não garante a qualidade do ensino oferecido pelas escolas de educação infantil. Outros defendem a necessidade de uma legislação que considere a diversidade socioeconômica das diferentes regiões do país. Além disso, para criar vagas, algumas escolas reduziram a oferta de matrículas de turno integral, o que prejudica as crianças cujos pais precisam trabalhar.



P8



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto e Rui Vicente Oppermann
Reitor e Vice-reitor

Celebrando o compromisso

A universidade é uma instituição transformadora com forte compromisso social. Casa do saber e do conhecimento, vem transformando pessoas e, especialmente, a sociedade gaúcha. As ações aqui realizadas estão diretamente ligadas ao desenvolvimento humano, o que garante a cidadania pela educação.

Criada em 1934, nossa Universidade é reconhecida nacional e internacionalmente e formou milhares de pessoas em todas as áreas do saber, da cultura e das artes, bem como personalidades de projeção na política, dentre elas três presidentes da República: Getúlio Vargas, João Goulart e Dilma Rousseff. Nestes 80 anos de história, a UFRGS e a sociedade brasileira passaram por profundas mudanças. As transformações no campo social, econômico, tecnológico e cultural marcam a ruptura com velhas estruturas sociais. Frente à realidade em constante mutação, a UFRGS também passou por um amplo processo de reorganização para atender às exigências

trazidas pela contemporaneidade. Enfrentou o período de ameaça institucional e resistência democrática, durante o governo militar, e momentos de grande dificuldade econômica que demonstraram sua capacidade de resiliência e compromisso.

Nos últimos anos, viveu a maior expansão acadêmica de sua ainda breve trajetória por conta da adesão ao Programa Reuni do MEC. Todo o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a inovação, a extensão e a internacionalização receberam apoio significativo, ampliando suas ações para oferecer mais oportunidades formativas aos estudantes. O final desse ciclo foi marcado pela inauguração do Câmpus Litoral Norte, primeiro câmpus da UFRGS fora de Porto Alegre e que atende a uma forte demanda dos municípios da região por ensino superior público de qualidade e com projetos pedagógicos inovadores.

Os rio-grandenses generosamente acolheram a UFRGS, e para agradecer decidimos celebrar suas oito décadas de

existência com uma programação especial. O ano de 2014 entra para a história desta Universidade por eventos marcantes, assistidos por milhares de pessoas nos espaços físicos e virtuais da UFRGS. Personalidades como Sebastião Salgado, Mía Couto, Boaventura Santos, Gilberto Gil e o presidente uruguaio Pepe Mujica encantaram com suas ideias e reflexões; as óperas apresentadas no Teatro São Pedro e a recentemente inaugurada Exposição do Acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo oferecem diferentes opções ao povo gaúcho. Quisemos que toda a sociedade compartilhasse nossa alegria em comemorar esse aniversário – alegria pelo sucesso desta maravilhosa instituição que educa, forma, transforma, inova e revoluciona. E que receba o reconhecimento público que nos alimenta, desafia e amplia a missão institucional, compromisso alicerçado na responsabilidade de dar início aos próximos 80 anos. Parabéns a toda comunidade universitária e longa vida à UFRGS!



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farrópilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91004-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de
Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Ánia Chala, Cassiano Kuchembecker Rosing,
Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson,
Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno
Fischer, Temístocles Cozar

Editora Ánia Chala

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Ánia Chala, Everton Cardoso,
Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e
Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Kleiton Semensatto da Costa

Fotografia Flávio Dutra (Editor),
Gustavo Diehl e Ramon Moser

Revisão Antônio Palm Falcetta

Bolsistas (Jornalismo)
Gabriel Jesus E. Brum, Gabriel Nonino, Jéssica
Menzel, João Pedro Teixeira, Laura Pacheco
dos Santos e Manoella van Meegen

Circulação Juliana Gonçalves Mota e
Vanessa Gastal Fernandes

Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 14 mil exemplares

jornaldauniversidade

Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

Lago Guaíba

Escrevo com o intuito de comentar erro na matéria "O caos da discórdia", publicada na página 4 da edição de outubro. Nessa reportagem, em vez de *rio Guaíba*, leia-se *lago Guaíba*. Vale lembrar que a discussão acerca de se o Guaíba é rio ou lago é anterior aos grenais, sendo a designação de lago a mais antiga, datando pelo menos de 1762, quando se chamava Lago de Viamão ou de Porto Alegre. A designação de rio não encontra suporte evidencial. Por outro lado, a designação de lago está amparada por plêiade de pesquisadores de longa data, como Eudoro Berlink, J. Tupi Caldas, Padre Rambo, Aziz Ab'Saber e Hans Augusto Thofehrn.

► **Rualdo Menegat, Professor Associado do Instituto de Geociências da UFRGS**

Artigo

Memória, verdade e justiça no plano municipal

No final de 2009, quando foi publicada a 3.ª edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), demandas encabeçadas há anos por grupos de vítimas da ditadura civil-militar no Brasil ganharam, para o bem e para o mal, maior visibilidade. Alvo de polêmicas envolvendo membros das Forças Armadas de um lado e integrantes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República de outro, o Eixo Temático VI do PNDH-3, intitulado Direito à Memória e à Verdade, acenava com uma série de medidas para a implementação de políticas de memória efetivas no país. Dentre as propostas, constava a criação de uma Comissão Nacional da Verdade, a revisão da legislação editada durante o período de exceção, além de medidas de cunho essencialmente simbólico, como a identificação dos locais públicos nos quais tenham ocorrido violações dos direitos humanos com base na Doutrina de Segurança Nacional.

No primeiro semestre de 2010, na esteira das discussões travadas até então, a queda de braço entre militantes de direitos humanos e antigos apoiadores da revolução de 64 resultou em um recuo do governo federal. Naquele momento, o presidente Luís Inácio Lula da Silva editou um decreto que alterava o texto de algumas das propostas do PNDH-3, fortalecendo, de certa maneira, a ideia de que

parte dos avanços previstos no documento elaborado com ampla participação da sociedade e de grupos de direitos humanos se aproximava do "revanchismo" alegado por ex-integrantes das Forças Armadas.

Entre idas e vindas, o PNDH-3 começou a ser paulatinamente executado e suas metas, ainda que modificadas, a serem implementadas pelo país. É nesse sentido que encontramos, por exemplo, a criação da Comissão Nacional da Verdade que, apesar de limitada, está funcionando desde maio de 2012 (e, neste mês, irá tornar público seu Relatório Final).

Outra medida de caráter simbólico prevista no referido Eixo Temático VI, além da identificação dos locais em que atuaram os agentes da repressão política, diz respeito ao que ficou estabelecido na Diretriz n.º 25 do Programa, da qual consta como objetivo específico fomentar, junto à sociedade, o debate sobre a existência de logradouros com nomes de pessoas relacionadas às violações ocorridas na vigência do regime civil-militar.

De modo semelhante ao que vem ocorrendo ao se tentar trabalhar com a temática, com a elaboração de políticas de âmbito nacional, a realização do direito à memória e à verdade na esfera municipal também tem sido marcada por avanços e recuos. Nesse sentido, Porto Alegre pode ser citada como exemplo interessante, tendo em vista os acontecimentos

Memória da UFRGS



Década de 1980

Vista aérea da ESEE, mostrando o centro natatório em construção (no alto à direita), a pista de atletismo, quadras, ginásio poliesportivo e os prédios administrativo e de salas de aula.

recentes e posteriores à publicação da nova edição do PNDH.

Faço menção aqui, primeiramente, à identificação, em 2012, de um centro clandestino de tortura, que funcionou em um casarão localizado no bairro Bom Fim. Atos públicos chamando a atenção da população para a existência do local em que agentes da repressão agiam clandestinamente, torturando e interrogando presos políticos, somados ao apoio angariado a partir da sua identificação, fizeram com que o prefeito José Fortunati e o governador Tarso Genro se comprometessem, em 2013, a desapropriar o imóvel para que nele fosse instalado um centro de memória. No entanto, até o presente momento, o projeto de instalação desse memorial não foi concretizado.

Mais tangíveis são os recentes resultados da apreciação, em agosto deste ano, do Projeto de Lei que tramitou na Câmara de Vereadores com vistas à alteração do nome da Avenida Presidente Castelo Branco, principal via de acesso à capital do estado, para Avenida da Legalidade e da Democracia. Em 2011, outro projeto com o mesmo objetivo tramitou sem êxito. A proposta atual, elaborada pelos vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, da bancada do PSOL, foi aprovada pela maioria dos vereadores, sendo o projeto sancionado pela própria Câmara após curioso silêncio do

prefeito da capital dos gaúchos (que se absteve de sancionar a medida).

Apesar das tentativas de deslegitimar o caráter simbólico do ato, bem como dos questionamentos sobre os gastos com a confecção das novas placas de rua, acredita-se que com a aprovação da Lei que alterou o nome da avenida que homenageia o primeiro ditador-presidente do regime instalado a partir de 1964 dá-se um passo importante rumo ao enfrentamento de traumas coletivos que, sob o véu de uma pretensa "reconciliação nacional", foram silenciados.

É fato que os desaparecidos, perdoem a redundância, seguem desaparecidos e que os agentes da repressão seguem lamentavelmente impunes e protegidos por uma interpretação benevolente e controversa da Lei da Anistia. A mudança do nome de uma rua e a promessa de criação de um centro de memória podem parecer pouco nesse contexto. Mas não deixam de ser um alento a todos aqueles que acreditam que os resultados das lutas por Memória, Verdade e Justiça, ainda que demorem a chegar, despontarão no horizonte como o nascer do sol após uma longa noite sem estrelas.

Carlos Artur Gallo
Doutorando em Ciência Política (UFRGS)
galloadv@gmail.com



FLÁVIO DUTRA/JU



Logoterapia

A vida precisa fazer sentido

Esta é a mensagem da escola de psicoterapia que reuniu profissionais em congresso realizado no Salão de Atos da Universidade

Ter um objetivo razoável na vida: é dessa forma que a Logoterapia, inspirada em seu criador, Viktor Emil Frankl, considera ser possível aos indivíduos conservarem seus corpos e mentes sadios. Para o terapeuta austríaco, apenas aquele que conhece o sentido de sua existência está em condições de superar suas dificuldades. No início do mês de novembro, a UFRGS sediou o VII Congresso Brasileiro de Logoterapia e Análise Existencial e o IV Encontro Latino-americano Humanístico-existencial: Logoterapia.

Os encontros marcam ainda os 30 anos da primeira visita de Frankl ao Brasil, quando estudiosos do tema se reuniram em Porto Alegre e começaram a construir as bases para a difusão da Logoterapia no país e na América Latina. Ao longo desses anos, foram criadas entidades de formação e para congregar profissionais dedicados ao estudo e à aplicação da Logoterapia em diversas áreas, especialmente nos campos da Psicologia, da Saúde, do Trabalho e da Educação.

Segundo o presidente do congresso, o psicó-

logo e professor Paulo Kroeff, o primeiro curso de especialização em Logoterapia no Brasil foi desenvolvido na PUCRS, em 1984, coordenado pela professora Izar Aparecida de Moraes Xausa, que foi homenageada durante o evento. Naquele ano também foi criada a Sociedade Brasileira de Logoterapia, que viria a se transformar em Associação anos depois, sendo uma das grandes responsáveis pelas primeiras formações oferecidas no país. Durante o encontro que reuniu representantes do Uruguai, da Argentina, do Peru e da Colômbia, Izar Xausa ministrou o curso *Logoterapia e sonhos*, abordagem inédita nesse campo de estudo, que aponta o caráter pessoal, único e singular do sonho para cada indivíduo.

Considerada por vários autores a terceira escola vienense de psicoterapia, a Logoterapia defende a ideia de que o sentido da vida pode ser alcançado por três vias: criando um trabalho ou realizando um feito notável; experimentando um valor, algo novo, ou estabelecendo um novo relacionamento pessoal; ou por meio do

sofrimento: adotando uma atitude em relação a um sofrimento inevitável, cada sujeito toma consciência de que a vida ainda espera muito de sua contribuição para com os demais. Nesses três casos, a resposta individual deixa de ser a perda de tempo em conversas e meditação e se torna a ação correta e a conduta moral objetiva. Para Frankl, a motivação básica do comportamento do indivíduo é uma busca pelo sentido para sua vida, e a finalidade da terapia psicológica deve ser ajudá-lo a encontrar esse significado particular.

Autor de mais de 30 obras, em seu livro *Em busca do sentido*, publicado pela primeira vez em 1946, Frankl relata suas experiências em campos de concentração, descrevendo seu método psicoterapêutico para encontrar sentido em todas as formas de existência (mesmo as mais sórdidas) e, daí, uma razão para continuar vivendo. Diz o autor: “O homem, por força de sua dimensão espiritual, pode encontrar sentido em cada situação da vida e dar-lhe uma resposta adequada”.

Memória

Homenagem a Roberto de Souza

“Fazer uma química totalmente limpa; gerar energia em grande quantidade e sem prejudicar o meio ambiente; fazer novos produtos exigidos pelos novos tempos. Não faltam desafios à Química e são muitas as barreiras a serem vencidas”, respondeu o professor Roberto Fernando de Souza à reportagem da publicação que marcou o Ano Internacional da Química em 2011. Nessas palavras, o professor do Instituto de Química da UFRGS, falecido no dia 27 de novembro de 2013, evidencia a consciência e o comprometimento social que o caracterizaram durante os 27 anos de docência na Universidade, assim como junto à sua categoria profissional.

Pelo reconhecimento desse trabalho, o Instituto de Química promoveu em outubro o Simpósio Química Multidisciplinar sem Fronteiras em memória ao professor Roberto. Tanto sua graduação em Química como o mestrado foram realizados na UFRGS, e o doutorado, na Université Toulouse III, França. Desde o início de sua carreira, dedicou-se ao ensino e à pesquisa, mas também contribuiu com a administração da UFRGS como diretor de sua unidade (2007-2011) e de presidente da Câmara de Pós-graduação (2004-2007).

Alguns dos maiores feitos de sua carreira foram as publicações sobre líquidos iônicos, sendo que um único artigo ultrapassou a marca de 2.700 citações. Também foi o responsável pelo depósito de 19 patentes nas áreas de catálise, usos de líquidos iônicos e fontes renováveis de energia. “O resultado do seu trabalho sempre teve o reconhecimento dos diversos setores da sociedade por sua competência e inovação e é um exemplo a ser seguido pela comunidade acadêmica, para a qual deixou um importante legado”, destaca a vice-diretora do Instituto de Química Emilse Martini.

Zilá Bernd

Difusora da literatura canadense

A professora do Programa de Pós-graduação em Letras Zilá Bernd recebeu, no dia 14 de novembro, a insígnia de *officière de l'Ordre national du Québec* pela sua contribuição para a difusão da cultura da província canadense no Brasil. O mais prestigioso reconhecimento concedido pelo governo de Quebec foi entregue pelo primeiro ministro da província, Philippe Couillard, em cerimônia no Parlamento de Quebec.

Zilá já havia sido nomeada *chevalière* da Ordem Nacional do Quebec em 2001 por seu papel na difusão das letras e cultura quebequenses no Brasil. Foi a partir das ações da pesquisadora que os estudos literários de Quebec passaram a ser incluídos nos programas de diversas universidades brasileiras. Ao longo de seu trabalho no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade, a professora orientou mais de 30 trabalhos de doutorado e mestrado com abordagens sobre a literatura quebequense.

Seu primeiro contato com a literatura daquele país foi em 1980, quando participou da segunda turma de docentes de francês no Brasil contemplados com um curso desse idioma no Canadá, tendo como objetivo a divulgação da literatura canadense. Mesmo depois de sua aposentadoria, Zilá segue trabalhando como professora e orientadora convidada do Programa de Pós-graduação em Letras e no Centro Universitário La Salle (UNILASALLE-Canoas) no mestrado em Memória Social e Bens Culturais. A professora tem obras publicadas em português e francês e promove o trabalho de especialistas quebequenses no mundo lusófono.



UFRGS TV

Conhecendo a UFRGS

Fisioterapia na ESEF

A Clínica de Fisioterapia da Escola de Educação Física da UFRGS foi fundada em 2012 com o objetivo de criar um espaço de prática e aprendizado aos alunos do curso de fisioterapia. A Clínica Escola presta atendimento aos professores, estudantes e funcionários da Universidade e à comunidade em geral. “A ideia era suprir a necessidade do curso de fisioterapia e prestar atendimento à comunidade. Qualquer pessoa que necessitar de atendimento pode nos procurar, desde que tenha encaminhamento médico”, salienta Adriana Moré Pacheco, coordenadora da Clínica de Fisioterapia.

Seus projetos abrangem Traumatologia Desportiva, Neurofuncional, Ortopedia, Cardiovascular e Saúde do Homem e da Mulher. Dentro da área de Fisioterapia Neurofuncional, o projeto Avaliação e Tratamento de Pacientes com Incapacidades após o Acidente Vascular Cerebral trata especificamente de pessoas que sofreram AVC. Em parceria com o Hospital de Clínicas, o fisioterapeuta Luciano Palmeiro Rodrigues e seus bolsistas de extensão empenham-se na reabilitação desses pacientes.

Outro projeto da Clínica é o de Extensão em Fisioterapia Aquática. Sob a coordenação da professora Flávia Gomes Martinez, os trabalhos de fisioterapia em solo são complementados pela utilização das piscinas da ESEF. O projeto difere de outras modalidades, como natação e hidroginástica, porque assume um caráter individual e específico, de acordo com as necessidades de cada um.

Além de prestar atendimento à comunidade, a clínica assume um papel relevante na formação do aluno. “O trabalho é importante porque, como um projeto de extensão, nos dá uma base sólida para sairmos da teoria, já que nenhuma cadeira substitui a prática com o paciente”, afirma Rafael Bitencourt, bolsista da Clínica de Fisioterapia.

Leticia Paludo e Matheus Nietto, *estudantes de Jornalismo da Fabico*

Assista aos programas

Conhecendo a UFRGS vai ao ar no dia 23 de dezembro, às 20h, com reprise às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA



FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - FEV/2011



Diferentemente do sentimento momentâneo de tristeza, a depressão exige tratamento como qualquer outra enfermidade

Epidemia silenciosa

Depressão
Doença psiquiátrica afeta cerca de 5% da população mundial

A depressão, o “mal do século XXI”, é uma doença grave e recorrente, e deve ser tratada como tal. No ano em que diversas mortes de pessoas famosas foram possivelmente ocasionadas pela doença – em julho e agosto, o mundo ficou chocado ao saber que os comediantes Robin Williams e Fausto Fanti cometeram suicídio –, pouco se entende ainda sobre o distúrbio em sua complexidade e sobre as consequências que ele traz à vida de quem o tem.

No mês de dezembro há a questão da sobrecarga do período de Natal e Ano-novo – quando muitas pessoas sentem que têm a “obrigação” de ser felizes –, e isso acaba gerando angústia e ansiedade. O que para muita gente é a época mais feliz do ano, para outros significa o contrário: os encontros de família podem se transformar em momentos tristes e difíceis de suportar, especialmente se a pessoa já está deprimida ou passa por uma crise existencial.

Para o psicólogo Andre Bastos, a própria questão da felicidade já é um prato cheio para a instauração de uma angústia depressiva. “A sensação é de que a vida exige algo que não podemos dar, de que precisamos estar sempre bem. Mas ninguém está bem o tempo todo e, na verdade, o que tem de tranqui-

lizar as pessoas é isso. Eu costumo dizer que, se em 70% do teu tempo nesse planeta tu estiveres bem, já és campeão”, destaca, acrescentando que o problema da eterna busca da felicidade é um fenômeno cultural moderno que pode também ser estimulado pela mídia e pela publicidade. “Muitas vezes, na nossa sociedade ocidental, apontar o dedo para os outros é mais fácil do que olharmos para nós mesmos. A nossa sociedade faz muito isso: ela julga, acusa, e isso também instiga a depressão e a melancolia”, conclui.

Subdiagnóstico – Hoje, com o aumento da circulação da informação, se fala muito mais sobre depressão do que se falava antigamente. Mesmo assim, o assunto ainda é pouco pautado. Com a desculpa de que falando sobre tal tema corremos o risco de aumentar sua incidência, a doença muitas vezes fica oculta. Para auxiliar, a Organização Mundial da Saúde (OMS) criou, no ano passado, o vídeo de animação *Eu tinha um cachorro preto, seu nome era depressão*. Na metáfora, um homem conta sua história de convivência com um cão negro que interfere de tal maneira em sua vida que chega ao ponto de destruí-la completamente. “Eu tinha um cachorro preto chamado Depressão e, toda vez que ele aparecia, me sentia vazio e a vida parecia se tornar mais lenta. Ter um cachorro preto não é se sentir triste ou para baixo, é pior, é não ter a capacidade de sentir”, conta o vídeo. Atuando como um filtro por intermédio do qual o homem vê e sente a realidade, o cachorro negro vai deixando-o vazio, sem memória, sem confiança, amedrontado e, principalmente, envergonhado.

Andre aponta que existem três

tipos mais comuns da doença: a depressão leve, em que o indivíduo, com a ajuda de psicoterapia, consegue continuar com suas atividades normais; a depressão moderada, quando surgem sintomas como a sensação de incapacidade, a desmotivação, a perda de memória e a concentração, e pode haver a prescrição de medicamentos; e a depressão grave, na qual a pessoa se sente totalmente desesperançada e que pode, inclusive, levar ao suicídio. O aumento da circulação de informações na mídia fez com que muitos passassem a usar o termo depressão para descrever sentimentos de tristeza.

Para o psicólogo, a palavra está banalizada, mas isso não interfere diretamente no número real de casos da doença. “O termo caiu na mídia, mas isso não quer dizer que haja mais depressão do que havia antigamente. Na verdade, estamos mais capacitados para diagnosticá-la hoje em dia”, explica. “Tristeza é um sentimento normal que qualquer um de nós pode ter em qualquer momento da nossa vida, mas depressão é uma tristeza que não vai embora. Eu sinto que a nossa cultura pós-moderna, com as suas correrias e agitações, propicia a tristeza”, complementa. De acordo com o psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina Marcelo Fleck, a questão central é outra e bem mais ampla: “Do ponto de vista da saúde pública, o maior problema parece ser o subdiagnóstico. Ainda tem muita gente deprimida que não sabe, não tem acesso a cuidado e não é diagnosticada”, pondera.

Urgência médica – Atualmente, a depressão afeta mais de 350 milhões de pessoas em todo o mundo, o que representa cerca de 5% da

população mundial. Projeções da OMS estimam que, no ano de 2030, a depressão será a mais comum entre todas as doenças. No Brasil, cerca de 17 milhões foram diagnosticados como depressivos nos primeiros anos do século XXI. “Hoje, é improvável que uma pessoa possa passar a vida inteira sem desenvolver nem que seja um episódio depressivo leve”, salienta Andre. Segundo Marcelo, dificilmente haverá uma enfermidade com o impacto e a prevalência que ela possui. “É uma doença muito comum e traz uma condição extremamente incapacitante. Quando se compara doenças incapacitantes, seus efeitos são semelhantes aos do infarto grave do miocárdio do coração”, assinala, acrescentando que a doença é considerada prioridade em saúde. “Ela é bastante prevalente e, em muitos casos, relativamente fácil de tratar, de diagnosticar. Não precisa de nenhum exame mais sofisticado; é conversar com a pessoa, estabelecer um diagnóstico e propor o tratamento.”

Em 2030, a depressão será a mais comum entre todas as doenças

Mesmo com a incidência alarmante dos casos de depressão, o sistema público de saúde ainda não está totalmente preparado para oferecer atendimento de qualidade e gratuito. O Brasil tem um programa de governo para

o combate de DST/AIDS, mas não há um projeto de prevenção a doenças mentais. “Já trabalhei na rede pública e acho que temos profissionais com muito boa vontade, mas existem dificuldades materiais, de treinamento e também problemas na hora de medicar e de tratar esses pacientes”, destaca Andre. Na sua opinião, existem estatísticas aplicadas a hospitais gerais de qualquer lugar do mundo que apontam que cerca de 40% de seus pacientes são depressivos e não sabem. O problema estaria relacionado aos profissionais de atendimento básico – enfermeiros e médicos gerais, responsáveis por reconhecer e tratar a depressão em seus primeiros níveis –, que nem sempre conseguem identificar a doença rapidamente.

Incidência infanto-juvenil – Ao contrário do que muitos acreditam, crianças também sofrem de depressão. Na última década, o índice de depressão infanto-juvenil praticamente dobrou, com incidência de 4,5% para 8%, segundo dados da OMS. O diagnóstico é muito mais difícil nas crianças, pois os sintomas podem ser confundidos com irritabilidade, mau humor e agressividade.

Jucileia Thomas é enfermeira especialista e chefe do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) - Unidade Infância e Adolescência. O local atende pacientes com idade entre zero e dezoito anos incompletos encaminhados pelos Postos de Saúde e pela Prefeitura Municipal ou por outros setores do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. No CAPS, eles recebem atendimento de profissionais especializados para o diagnóstico e tratamento de crianças e adolescentes com transtornos mentais. Conforme Jucileia, a depressão infantil costuma se manifestar de forma diferente da adulta. “A criança já nos mostra que ela não consegue nomear o que sente. Ela não vai falar, vai demonstrar no comportamento dela, no jeito de se relacionar com as pessoas, no aprendizado da escola, na sua agitação e ansiedade. Por meio disso, começamos a perceber as alterações que essa criança está tendo”, explica.

As causas do transtorno podem ser várias, porém situações traumáticas, violência urbana e o excesso de atividades aparecem entre as principais. “O mundo e a infância de hoje estão muito mais complexos, existem mais variáveis, mais pressões, diferentemente da vida de uma criança que viveu no passado. É risco, é assalto, são preocupações em vários níveis. Isso tudo provavelmente entra nessa equação”, destaca Marcelo. Para Jucileia, as famílias de hoje estão mais desestruturadas, vulneráveis e sem tempo para os filhos, e isso causa um aumento do número de transtornos mentais graves entre os jovens. Dentro de casa, recomenda-se que a família crie condições de estabilidade para a criança se sentir amada e valorizada, além de estar atenta às questões de bullying e maus-tratos.

Manoella van Meegeen, aluna do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



Presenças constantes

Família Projeto de lei que obriga a guarda compartilhada quando não há consenso entre os divorciados gera expectativa e pessimismo

É sentado em uma poltrona que Billy Kramer aguarda a chegada de sua mãe para ir à nova casa. Movendo o olhar entristecido de suas malas, postadas logo à sua frente, ao seu pai, que, a partir daquele momento, só poderá vê-lo duas vezes por semana, o menino de sete anos carrega no semblante o lamento da mudança ocasionada pela separação de seus responsáveis. Entre as cenas finais do filme *Kramer vs. Kramer*, de 1979, a situação retratada mostra o quão difícil é para as crianças o momento em que o cerceamento do contato com um dos genitores é imposto como regra. Em um período em que a obrigatoriedade da guarda compartilhada está em pauta, sendo recentemente aprovada pela Câmara e encaminhada para votação no Senado, a produção protagonizada por Dustin Hoffman e Meryl Streep é um interessante ponto de partida para se discutir a temática, que possui diversas interpretações.

A Associação Brasileira Criança Feliz (ABCF), fruto do crescimento do Projeto Criança Feliz RS, criado em 2008 no município gaúcho de Ivoti, é uma das entidades engajadas na aprovação da medida que almeja a revisão da Lei 11.698/2008. Com o objetivo de pesquisar e difundir os temas 'guarda compartilhada, alienação parental e mediação familiar', o grupo contesta o condicionante presente na atual legislação que prevê a concessão do compartilhamento da tutela "sempre que possível", em casos nos quais não há acordo entre os pais. Conforme Sérgio de Moura Rodrigues, presidente da entidade, a ressalva no texto induz os juízes a autorizarem a guarda compartilhada apenas se houver entendimento e harmonia entre o casal, o que, segundo ele, não é o ideal. "Não é esse o espírito da lei. É exatamente o contrário. A guarda compartilhada tem de ser padrão, e o João e a Maria podem brigar e se matar, mas nunca envolvendo um filho. Se houvesse harmonia entre o casal, não teria motivo para se separarem", alega.

Se a proposta for aprovada, quando inexistir consenso entre os progenitores em relação à guarda, o magistrado deverá decretar prioritariamente que ela seja compartilhada. A exceção será quando um dos pais declarar que não deseja ficar com o filho. Quanto à pensão alimentícia, o projeto não altera os acordos atuais, podendo ser paga em espécie ou na divisão de contas e gastos.

Advogado e professor da Faculdade de Direito da UFRGS, Jamil Bannura analisa de forma diferente a questão. Na opinião do docente, a lei, na prática, será impossível de ser executada em todos os casos.

"Impor a guarda compartilhada a um casal que não tem diálogo, não tem em mente o interesse dos filhos, é simplesmente inútil, impossível. Essa guarda não dará certo. É necessário um grau de maturidade do casal, porque ele decidirá a vida da criança, ainda que os pais não residam na mesma casa", constata.

Alienação parental – Um dos principais argumentos utilizados pela ABCF para embasar a importância da revisão da medida abarca a Síndrome de Alienação Parental (SAP), que é a expressão utilizada para a situação em que o pai ou a mãe desconstrói a imagem do outro genitor com o intuito de forçar a criança a romper os laços afetivos com este.

Especialistas acham difícil o sucesso da lei pela falta de estrutura jurídica

Devido ao fato de a guarda compartilhada ter em seu cerne o compartilhamento de deveres e responsabilidades dos pais em relação à criança – diferindo da guarda alternada, opção não existente no Brasil, conforme a qual o filho fica metade do tempo com cada responsável –, ela é apontada pelos representantes da Associação como um antídoto à síndrome causadora de sérios danos aos menores. "Nós recebemos muitos filhos e lidamos com as sequelas que a alienação parental produz, que são as mais nefastas possíveis. Há casos em que as crianças regredem em comportamento, voltam a fazer xixi na cama, a usar chupeta, pois, nessa idade, como elas são pequenininhas, recebem aquele impacto mas não conseguem ter consciência do que está acontecendo e verbalizar", expõe Fernanda Molinari, advogada e doutoranda em psicologia jurídica.

Fernanda, que também é vice-presidente da ABCF, acrescenta que há relatos de crianças que, após um curto período de convivência com o outro genitor, mentiam ao dizer que fora muito ruim o encontro, temendo que o responsável detentor da guarda pudesse julgar as considerações positivas um ato de deslealdade. "Isso ocasiona nas crianças um conflito de identidade, pois eu começo muito cedo a manipular ou a ter de encobrir alguns dos meus sentimentos, porque não sei lidar adequadamente com eles. É normal elas desenvolverem um transtorno



O filme *Kramer vs. Kramer*, de Robert Benton, tratou de questões envolvendo a guarda de um filho

de identidade, de personalidade. Na fase da adolescência, já encontramos casos de inclinações ao álcool e às drogas e, infelizmente, relatos de alguns jovens que não suportaram e se suicidaram", lamenta.

Vivian de Medeiros Lago, pós-doutoranda em Psicologia da UFRGS, aponta a adoção de um comportamento diverso, as críticas constantes ao genitor e o desejo de não vê-lo como os indícios mais comuns da síndrome. Segundo ela, muitas vezes os menores reproduzem expressões empregadas por um dos responsáveis sem saber o seu real significado. A especialista ressalta que o compartilhamento da tutela não está livre da incidência da SAP e alerta que, em casos de decisões de guardas, é necessário atentar para quais são as competências dos pais, como é a relação deles com o filho e o que eles têm a oferecer à criança. Assim como Jamil, Vivian considera difícil o sucesso da lei, pois, além das questões relacionais, analisa que não há estrutura jurídica suficiente.

Aplicabilidade em xeque – As Estatísticas de Registro Civil divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano passado revelam que, em 2012, o Brasil somou 341.600 divórcios concedidos em primeira instância e sem recursos ou por escrituras extrajudiciais, realizados em cartório e com as condições de não haver filhos menores ou incapazes e existir consenso entre o casal. O levantamento mostra que 87,1% das separações autorizadas no país tiveram a responsabilidade pelos filhos delegada às mulheres, enquanto em 6% dos casos foi atribuída a guarda compartilhada.

Apesar de o número de divórcios ter diminuído em relação aos anos anteriores, a perspectiva de aumento dos processos judiciais gera pessimismo quanto às condições de aplicação da norma. "É mais uma lei inútil no nosso sistema para tratar e intervir numa relação que o Estado não tem capacidade de resolver, pois depende dos genitores. O Estado não tem como estar em todas as casas, a todo o momento, fiscali-

zando a vida dos pais com os filhos, assim como o Judiciário não dispõe de estrutura para receber todos os conflitos e examiná-los em tempo hábil de solução", declara Jamil.

O docente prevê que, se o projeto for aprovado, o cenário introdutório será parecido com o encontrado quando a atual norma foi imposta. À época, conforme o professor, houve uma concessão inicial ascendente de guardas compartilhadas para, depois, com o surgimento dos conflitos, o retorno gradativo das guardas tradicionais. "A lei é apenas um dos instrumentos do Direito, não é o mais importante. Se elas resolvessem todos os problemas pela sua literalidade, o Brasil não teria dificuldade alguma, pois tem excelentes leis", sentencia. Na vida real, diferentemente de grande parte dos filmes norte-americanos, o final nem sempre é feliz como o de Billy Kramer, por mais que o argumento escrito no roteiro tenha uma boa intenção.

Gabriel Jesus E. Brum, aluno do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico



FLÁVIO DUTRA/JU



Manequins que educam

Veterinária
Futuros médicos veterinários começam a usar réplicas em aulas práticas

Samantha Klein

Monitora no Centro Cirúrgico da Faculdade de Medicina Veterinária da UFRGS, a aluna Bruna Zanin de Araújo recorda que as práticas de ressuscitação cardiopulmonar, no quinto semestre do curso, foram realizadas em manequins que mais parecem bichinhos de pelúcia. No entanto, esses 'bichinhos' tornaram possíveis aulas que anteriormente eram dadas somente na teoria. A futura profissional foi uma das beneficiadas com a chegada desses equipamentos.

“Percebia que alguns colegas se sentiam bastante nervosos ao iniciar as aulas práticas diretamente com animais. Muita gente ficaria traumatizada caso ocorresse algum erro nos procedimentos”, salienta a aluna do sétimo semestre. Em agosto do ano passado, os estudantes começaram a ter aulas com os manequins de cães e gatos a partir da importação de 14 exemplares.

Evitando o uso de animais – Os equipamentos, em tamanho real, proporcionam o desenvolvimento de habilidades, como procedimentos de intubação orotraqueal, acesso venoso para aplicação de injeções e soro, além do treinamento de técnicas de imobilização externa para colocação de talas. Um dos manequins ainda permite a auscultação cardiopulmonar. “Como podemos programar os sons, desde aqueles normais aos característicos de doenças como asma ou edema pulmonar, os alunos aprendem a identificá-los antes de se depara-

rem com um animal de verdade”, destaca Luciana Queiroga, docente da Faculdade.

A aquisição das réplicas para as aulas práticas vem se tornando mais popular entre as universidades brasileiras por causa de uma resolução do governo federal de 2008 que prevê a substituição gradual de animais nas práticas de ensino. A normativa não proíbe totalmente o aprendizado com seres vivos, mas prevê a mudança em algumas técnicas cirúrgicas e propõe a busca constante de substitutivos.

“Estamos sempre procurando opções para evitar o uso de animais em aula. Temos uma versão de bastidor em que ensinamos os alunos a realizarem a costura de tecidos (sutura). Hoje usamos tambores para aprender a fazer a assepsia de um paciente. Também utilizamos peças anatômica provenientes de abatedouros para realizar suturas, cirurgia de traqueia e esôfago, por exemplo”, destaca o diretor da Faculdade Emerson Contesini.

Ética – O professor Marcelo Alievi resalta que a modificação dos procedimentos com seres vivos é anterior à determinação federal nas práticas do curso. “Muito antes de 2008, já não utilizávamos animais, que ficavam disponíveis por um tempo indeterminado para a realização de procedimentos cirúrgicos. Hoje, os pacientes são aqueles da rotina do Hospital Veterinário, com a autorização dos responsáveis. Além disso, os alunos acompanham as cirurgias com professores. Não fazemos nada experimental e não realizamos procedimentos desnecessários. A castração é aceita por ser uma técnica utilizada para diminuir o número de animais abandonados por meio do controle de natalidade”, justifica.

Semestralmente, são realizadas cerca de 150 esterilizações nas aulas práticas de cirurgia, com o apoio de duas ONGs voltadas para o cuidado de animais abandonados e o encaminhamento de cães e gatos para adoção.

Métodos alternativos – Além da determinação para reduzir o emprego de animais vivos em aulas, uma resolução do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), publicada em setembro no Diário Oficial da União, reconhece 17 métodos alternativos ao uso de bichos em atividades de pesquisa no país. Também foi aprovado o método *in vitro*, que adota culturas celulares para avaliar possíveis danos de substâncias ao DNA.

A resolução estabelece um prazo de cinco anos para a substituição obrigatória do método original. Já o Conselho Federal de Medicina Veterinária solicitou que a mudança seja realizada em dois anos. O presidente do CFMV recomenda a prorrogação por até cinco anos apenas para os casos devidamente justificados ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea) do MCTI. “Tal diferenciação é imprescindível, pois todos os biotérios de experimentação teriam de se adequar em menor espaço de tempo, sem prejuízo ao disposto na Resolução Normativa n.º 17/2014”, afirma Benedito Fortes de Arruda em ofício.

O assunto ganhou visibilidade em 2013, quando ativistas invadiram o Laboratório Royal, em São Roque, resgatando 178 cães da raça Beagle que serviam de cobaias para testes farmacêuticos. Os manifestantes alegaram que cachorros, coelhos e ratos sofriam maus-tratos.

Medicina na vanguarda – A Faculdade de Medicina da UFRGS aboliu, em 2007, o uso de animais nas disciplinas práticas. Anteriormente, animais eram disponibilizados para serem anestesiados e abertos para a realização de um procedimento, e depois suturados. Essa prática diminuiu ao longo da década passada até ser excluída.

O debate ético sobre a viviseção ganhou impulso no estado a partir da atitude de um aluno do curso de Biologia, Róber Bachinski, que ingressou na justiça, em 2007, solicitando dispensa das aulas que sacrificavam animais. Chegou a ganhar uma liminar, mas ela foi cassada, mediante recurso da Universidade. O processo foi arquivado. Atualmente, são utilizadas rãs nas aulas práticas do Instituto de Biociências. Segundo a direção do Instituto, ainda não há previsão de aquisição de manequins pela unidade.

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► Controle remoto

Outro dia um neuro me sugeriu atividades leves à noite na busca de soluções para meu caso crônico de insônia: não trabalhar, deixar quieto o laptop, não discutir a relação nem abrir boletos de contas, e ler um livro, assistir à tevê ou ouvir música ambiental até as flautas de Hipnos me sequestrarem. Como era justamente o período de campanha eleitoral, o tiro saiu pela culatra. Com os debates – e o aparato midiático que embrulha os processos eleitorais –, acabei derivando por veredas medonhas. Uma delas me levou à certeza de que a realidade é fictícia e não absoluta: há, pois, uma em cada massa cinzenta. E uma luz (incandescente!) me revelou o credo numa

espécie de democracia intelectual biológica, conforme a qual até as amebas têm validada a sua particular visão de mundo. (Estava absolutamente sóbrio – ainda que essas realidades muitas vezes sugiram certo grau de toxicidade.) Daí a conclusão de que há amebas conservadoras, amebas progressistas, amebas de direita, amebas de esquerda, amebas livre-pensadoras. Simples. Preto no branco, entre um tom de cinza e outro. Agora, é difícil desvincular os matizes ideológicos da seletividade das concessões televisivas! Sempre desconfiei desse papo esquisito de livre arbítrio; somos colonizados diariamente por um instrumento muito mais poderoso que a escola, que se foi inserindo numa vida proporcionalmente esvaziada de afeto. As

escolhas que fazemos não são orientadas por quem nos ama e interviria com sabedoria em nossa construção, mas pelos que têm em seu horizonte de interesse a contabilidade das cifras. E instituem suas realidades *datando* a miséria pelo crime, *bonneriando* as políticas públicas pela corrupção, *mainardiando* a geografia humana pelo preconceito. Interessante que alguns pais de ontem e de hoje implicam com o fato de seus filhos estarem mergulhados em jogos eletrônicos. Penso cá ser realmente um desperdício de existência tanta energia em virtualidades, mas sabemos que há muito esses pais são reféns do universo paralelo da tevê. Reproduzimos, como pequenas retransmissoras, o que mal digerimos e processamos dos discursos

editados. Quantos ao menos se dignam a assistir a programas em canais educativos que sobrevivem das migalhas da audiência do circuito comercial? Somos embriagados pela publicidade e consumidores declarados. Atrás dessa máscara inebriante, me sinto com o dever de relembrar: há corpos trabalhando de modo extremamente insalubre e indigno para produzir, por exemplo, um par de tênis, uma roupa de estilo. Não estou (apenas) para cortar o barato alheio; também sou um ser que consome; já manifestei minha preocupação quanto à imbecilização do coletivo; não concordo (mais) com a manipulação mal disfarçada dos meios de comunicação. Por ser também educador, peço licença.

Diploma internacional

Graduação Cresce o número de cursos da UFRGS acreditados mundialmente

Foram cópias juramentadas, traduções de documentos, tradução do diploma e inúmeras outras demandas submetidas à instituição responsável. Após essa maratona burocrática, foi preciso, ainda, a realização de um teste oral que comprovasse a ligação entre o que foi ensinado e o que foi aprendido. Dependendo do desempenho nesse teste, a instituição poderia aprovar ou exigir a feitura de mais algumas disciplinas. César Petzhold, químico e diretor do Instituto de Química (IQ) da UFRGS, embrenhou-se nessa odisséia e foi aprovado. Finalmente conseguiu a revalidação de seu diploma de químico na Alemanha.

Recentemente, o Instituto de Química foi contemplado pela acreditação da Royal Society of Chemistry (RCS), a mais prestigiosa organização do mundo nessa área. Esse título fornece aos cursistas do IQ a revalidação de seus diplomas automaticamente, sem ter de enfrentar as homéricas atividades descritas acima.

Apesar de a acreditação universal ser, até então, ímpar na Universidade, há outros cursos que possuem o mesmo título, porém em âmbito regional. As graduações de engenharias de materiais, elétrica, mecânica e civil, além dos cursos de agronomia, arquitetura e urbanismo, enfermagem e medicina veterinária, fazem parte dos atuais acreditados pelo sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul, o Arcu-Sul. O sistema não possui as mesmas características de revalidação que a RCS, mas consta igualmente no somatório de atividades que indicam a crescente universalização da UFRGS.

Reconhecimento mundial – A Royal Society of Chemistry é a sociedade de química mais antiga do mundo. Desde 1842, protagoniza sozinha a acreditação de cursos. Mais de 200 programas de graduação já foram consagrados. César Petzhold avalia a certificação concedida ao Instituto: “É como ter um selo de garantia que diz que quem se graduou aqui tem o mesmo conhecimento de química daquele que se forma na Inglaterra e em todas as outras universidades que são acreditadas pela RSC”.

O processo de acreditação dos cursos de bacharelado em Química e Química Industrial consistiu em três etapas. A primeira foi uma reunião preparatória, quando o convite para a participação foi apresentado. A segunda foi a avaliação dos documentos. César detalha: “Primeiro, eles nos enviaram um formulário.

Depois exigiram a tradução do currículo, das símulas das disciplinas, dos conteúdos programáticos, das partes experimentais dos laboratórios, dos modelos de respostas, dos dois trabalhos de conclusão de curso de cada área e a apresentação das provas”. A terceira e última etapa foi uma visita, que ocorreu em abril deste ano. Após algumas mudanças exigidas pela RCS, os cursos abrangidos pelo Instituto de Química foram acreditados. Para o dirigente, “a acreditação é só o começo. Ela vale por cinco anos e, depois, temos de revalidar o processo. É uma avaliação contínua. Como a Capes e o INEP, a diferença é que agora teremos um avaliador internacional”.

Além da qualificação universitária, a consagração também abre um mercado muito mais amplo aos formados em Química pela UFRGS. Em centros nos Estados Unidos, nos países da Ásia e da Europa e, principalmente, no Reino Unido, segundo César, “uma universidade sem a acreditação da Royal nem é considerada”. Na América Latina, apenas a Universidade de Campinas e a Universidad Nacional Autónoma de México, da Cidade do México, possuem a acreditação da RCS.

Integração regional – Antes da acreditação mundial adquirida pelo Instituto de Química, alguns cursos da Universidade já possuíam reconhecimento internacional pelo sistema Arcu-Sul, que contempla países pertencentes ao bloco sul-americano. Bernardo Sfredo Miorando, doutorando em Educação, desenvolveu sua dissertação de mestrado sobre *O Sistema Arcu-Sul e a UFRGS*. Ele conta que,

“logo após a criação do Mercosul, começou a chamar a atenção o fato de que poderia haver integração em outras áreas, e uma delas seria a educação. Criou-se uma reunião de ministros da Educação do bloco, e um dos temas debatidos foi a acreditação internacional dos cursos. A ideia matriz era que os diplomados dentro de um país do bloco teriam reconhecidos os seus diplomas nos demais países”. Após alguns programas-teste, criou-se, em 2008, o Arcu-Sul como um sistema permanente de acreditação de cursos universitários.

Na UFRGS, quase todos os cursos avaliados pelo sistema Arcu-Sul foram acreditados. Apenas Medicina e Odontologia ainda não receberam a certificação, mas já estão em processo e, a qualquer momento, poderão obter o reconhecimento.

Impasses próprios – Apesar de a proposta inicial do Arcu-Sul ter sido similar a do Royal Institute of Chemistry – de revalidação automática do diploma –, na prática isso não acontece. O MEC e o Ministério das Relações Exteriores chamaram os professores envolvidos nos cursos das universidades que já foram acreditadas, mas não houve acordo para tanto. Os empecilhos se encontram em setores menos desenvolvidos do Mercosul, vinculados ao trabalho, à imigração e à mobilidade.

Bernardo explica onde a revalidação estanca: “Quem faz o processo de avaliação institucional, que vai conferir o status de acreditação, é a agência nacional responsável pela avaliação de cada país. Aqui no Brasil, não temos uma agência única. O que temos são processos

de avaliação, regulação e credenciamento. Quem acaba coordenando o projeto é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O Instituto chama especialistas que fazem parte de um banco de avaliadores do Arcu-Sul, regido pela Rede de Agências Nacionais de Acreditação (RANA). Depois de avaliar, eles emitem um parecer recomendando ou não a acreditação, que é publicado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Então, a acreditação é publicada no Diário Oficial da União, mas isso não quer dizer que, por exemplo, a Argentina vá reconhecer essa certificação”, afirma o doutorando.

A acreditação dos cursos de bacharelado em Química e de Química Industrial é um selo de garantia

Benefícios temporários – Enquanto o privilégio maior, que seria a revalidação automática, não funcionar, outras vantagens da acreditação são citadas. Bernardo exalta a avaliação empreendida pelo sistema. A possibilidade que a Universidade tem de ser avaliada em questões internacionais promove o que o doutorando em educação chama de “qualidade da diferença”. Ele explica: “A avaliação do Arcu-Sul é muito minuciosa e qualita-

tiva”, afirma Bernardo. Claudete Lampert Gruginskie, técnica em assuntos educacionais da Secretaria de Avaliação da UFRGS, garante que a principal consequência que o Arcu-Sul trouxe foi a valorização da educação no Mercosul.

Já a diretora da Faculdade de Arquitetura, Maria Cristina Dias Lay, afirma que a acreditação do curso de arquitetura foi mais simbólica do que prática. “Em termos pragmáticos, ficamos todos iguais. A única diferença é o selo de qualidade. Fiquei muito orgulhosa.” Para o diretor da Escola de Engenharia, Luiz Carlos Pinto da Silva, “o maior benefício da acreditação foi aumentar o conhecimento sobre a UFRGS em outras universidades, as quais mandaram para cá seus inspetores e analistas”.

Objetivos traçados – Em longo prazo, tanto os diretores dos cursos quanto os especialistas no assunto afirmam que o Arcu-Sul poderá, sim, alcançar a tão desejada revalidação do diploma. O importante é agregar um número maior de cursos na acreditação, o que, conforme Claudete, “depende das convocatórias. A tendência é que cada vez mais cursos sejam convocados”.

Com uma visão otimista, podemos enxergar nos votos de confiança que a RCS e o Arcu-Sul deram à UFRGS a ampliação da possibilidade que os alunos da Universidade têm de se espalharem mundo afora. A certificação internacional, além de representar essa oportunidade, também dispensa uma série de dificuldades burocráticas dignas de tragédias gregas.

Gabriel Nonino, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico



Estudantes do primeiro semestre participam de uma aula prática realizada pela disciplina de Química Geral Experimental



FLÁVIO DUTRA/JU



Na Escola Municipal Cantinho Amigo, os alunos aprendem através da experimentação e da observação

Ensino para as crianças

Pré-escola Obrigatoriedade de matrícula provoca discussão sobre a educação infantil no país

A Lei n.º 12.796, promulgada em abril de 2013, tornou obrigatório o ensino dos quatro aos 17 anos, que passou a ser dividido em três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A medida altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, estipulando que crianças de quatro a cinco anos passem a ser obrigadas a frequentar a pré-escola. Anteriormente, o ensino era obrigatório a partir dos seis anos no ingresso ao ensino fundamental. Com a lei, as prefeituras municipais são responsáveis por ofertar a totalidade das vagas, e os pais devem matricular seus filhos em escolas infantis. O prazo para que todas as crianças nessa faixa etária estejam matriculadas na pré-escola é 2017.

Para a professora Maria Barbosa, do curso de Pedagogia da UFRGS, a decisão ocorreu com pouca discussão com educadores e profissionais da área e não garante a qualidade do ensino oferecido pelas escolas. “É obrigatório que o Estado ofereça as vagas sempre que houver demanda. Mas não é preciso obrigar todos os pais a terem as crianças de quatro a cinco anos na escola. Alguns falam que foi uma forma de o governo fe-

deral induzir a construção de escolas e a abertura de vagas, obrigando a oferta por parte das prefeituras. Só que isso criou situações inadequadas. Por exemplo, as crianças do campo, que moram distante das escolas, vão necessitar de transporte para, muitas vezes, receberem um ensino que não é de qualidade.”

Simone Albuquerque, docente do curso de Pedagogia da UFRGS, alerta que é difícil pensar em leis de caráter universal em um local com tantas diversidades regionais como o Brasil. “O melhor era que se tivesse uma legislação e políticas públicas mais abertas para que se pudesse pensar conforme as regiões. Imagina uma criança de uma região de difícil acesso ir a uma escola de educação infantil, encontrar outros quatro colegas para estudar numa sala que não tem brinquedos, em que a professora não é formada... Qual é a qualidade que se vai ter? Agora, como é obrigatório, isso vai acabar acontecendo, sendo adequado ou não”, adverte.

Maria Barbosa justifica que a maioria das crianças que estão fora da pré-escola enfrenta essa situação por não ter condições de frequentá-la. Segundo ela, atualmente, as creches são o setor com maior necessidade e, por ficarem de fora da lei, acabaram sendo mais negligenciadas do que antes. “Consolidou-se a separação entre as crianças de zero a três e as de quatro a cinco anos. Para criar vagas, alguns lugares estão reduzindo a oferta de matrículas de turno integral. Assim, no lugar de atender 100 crianças durante o dia inteiro, recebem 200

em turno parcial, o que não fecha com as relações de trabalho dos pais.” No RS, conforme dados de 2013 da Radiografia da Educação Infantil do Tribunal de Contas do Estado, 67,8% das crianças frequentam a pré-escola, dos quatro aos cinco anos, e 25,4% as creches, dos zero aos três anos. No Brasil, 83,9% das crianças estão na pré-escola e 22,6% em creches.

História – Um marco para a consolidação do ensino infantil no Brasil foi a Constituição de 1988, quando a oferta desse nível de ensino tornou-se um dever do Estado. Anteriormente, havia uma divisão entre as creches ligadas à assistência social e aos cuidados de higiene, saúde e alimentação e destinadas às classes mais baixas – e os jardins de infância – com um caráter de preparação para o ensino fundamental, voltados às classes média e alta. Somente após a Constituição, a educação infantil passou a ser vista como um direito da criança e não mais como um direito da mãe trabalhadora.

Em 1996, a LDB estabeleceu que a educação infantil deve ser a primeira etapa da educação básica, com a finalidade de desenvolver integralmente a criança até os seis anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A creche passou a ser destinada a crianças de zero a três anos, e a pré-escola, às de quatro a cinco anos.

Porém, ainda há uma separação entre as instituições baseadas no cuidado e as que se orientam na

formação educacional e cultural. “É um nível de ensino que não tem uma história de qualidade, mas de precariedade. A educação infantil é muito desigual no país, pois encontramos cidades com padrões de qualidade ótimos e outras muito precárias. Por ter sido baseada durante muitos anos na assistência, com mais ênfase no cuidado com a guarda, com a higiene e com a alimentação do que com as questões pedagógicas e culturais, ainda existem concepções diferentes do que é uma escola infantil no Brasil”, comenta Maria Barbosa.

Sociabilidade – Diferentemente do ensino fundamental, a educação infantil apresenta propostas mais livres, sustentadas na experimentação e na observação, sem a cobrança de um resultado ou uma avaliação mais rígidos. “A gente não perde de vista nenhum objetivo do que se precisa desenvolver com as crianças, mas temos maior liberdade, ao contrário do ensino fundamental, em que é necessário abordar conteúdos específicos. Procuramos desenvolver linguagens e o conhecimento matemático, toda a base do desenvolvimento que eles vão ter futuramente, mas com uma rotina criativa em que as linguagens conversam entre si”, comenta a professora Daniela Schutt Santos, da Escola Municipal de Educação Infantil Cantinho Amigo.

Outro aspecto importante da educação infantil é a socialização, já que a escola é um espaço em que se convive com outras crianças e com o conhecimento de outras práticas fora do núcleo familiar. “Nesse processo, a criança constrói

sua autonomia. Porque às vezes ela chega ainda muito dependente de seus familiares e aqui aprende a ser servir, a ser ajudante da professora. A educação infantil já trabalha com a criança como um cidadão, dono das suas atitudes e pensamentos, capaz de se expressar livremente, argumentar e ter opiniões”, explica a diretora da Escola Cantinho Amigo, Claudia Pereira Duro. “Aprender a andar, ela vai aprender de qualquer maneira, mas andar até um colega, experimentar tirar um brinquedo da mão dele, isso ela não vai ter em casa, e sim no ambiente escolar e no convívio com outras crianças. A socialização na escola é totalmente única e diferenciada da familiar”, complementa Daniela.

Claudia comenta que, mesmo que a educação infantil seja vista como um ensino inferior à fase de alfabetização, aos poucos a sociedade está percebendo as vantagens de as crianças frequentarem esse tipo de escola. “O universo infantil tem de ser respeitado na questão da escuta e do tempo que a gente precisa ter para essas crianças. Porque os pais colocam os filhos na escola mais por uma necessidade, não porque acham que a educação infantil é importante. Um de nossos alunos estava se adaptando à escola, e a mãe veio conversar com a gente, dizendo que, em um mês, ele já estava diferente em casa, mais amoroso e calmo, e foi um processo muito rápido. Isso estimula os pais a trazerem seus filhos para a escola”, conclui.

Laura Pacheco dos Santos, aluna do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

Avanços da Nanotecnologia

Chad Mirkin
Novo Honoris Causa da UFRGS fala sobre as perspectivas dessa área inovadora

Samantha Klein

Químico de renome mundial, o professor Chad Mirkin, da Northwestern University (Illinois, EUA), colaborador do Laboratório de Processos Tecnológicos e Catálises do Instituto de Química da UFRGS, fala sobre nanotecnologia e as recentes descobertas na área. Cientista premiado por diversas instituições, Mirkin recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade no mês de outubro. O pesquisador é destacado por suas contribuições à nanotecnologia e por suas aplicações envolvendo o DNA.

Mirkin é responsável pela invenção de ácidos nucleicos esféricos (SNAs), que são arranjos de DNA dispostos ao redor de moléculas de ouro, utilizados em diagnósticos médicos mais rápidos e precisos. Essas estruturas têm permitido grandes avanços nos campos da medicina, da química, da ciência dos materiais e da biologia e formam a base para mais de 700 produtos comercializados por licenciados da tecnologia.

As pesquisas do norte-americano resultaram, recentemente, em uma terapia que consegue silenciar um gene que causa glioblastoma multifórmico (GM), um câncer cerebral agressivo e incurável. Trata-se da aplicação de SNAs, as quais são capazes de penetrar nas células do paciente e interagir especificamente com o DNA para silenciar um gene que causa a doença.

Em meio à ameaça do Ebola em países africanos, é possível que a nanotecnologia venha a desenvolver vacinas contra o vírus que causa a doença?

A nanotecnologia terá um grande papel de desenvolver uma vacina contra o vírus Ebola. Acredito que poderá ter dois papéis, na verdade. Um deles é descobrir como o vírus é transferido e como é rapidamente espalhado. O segundo será o desenvolvimento de uma vacina. Os antídotos contra o Ebola poderão ser criados a partir de diferentes seres. Meu grupo não está trabalhando com esse vírus, mas há muitos pesquisadores buscando um tratamento para essa doença, assim como grandes laboratórios.

Será possível criar uma vacina contra o vírus até o início do próximo ano, conforme a expectativa recentemente apresentada à imprensa?

Acredito que, em um curto prazo, serão disponibilizadas apenas vacinas para testes. O desenvolvi-

mento de terapias e vacinas, em geral, leva um tempo muito longo para se tornar realidade. O trabalho dos cientistas está bastante acelerado por conta da importância do problema, mas é necessário seguir alguns passos. No meu grupo de pesquisadores, temos como prioridade os diagnósticos médicos mais rápidos que podem ser utilizados para todo tipo de terapia.

Como podemos identificar a importância do desenvolvimento dos ácidos nucleicos esféricos (SNAs - Spherical Nucleic Acids)?

Podemos definir como bolas de DNA. Em seu formato normal, o DNA é uma molécula formada por duas cadeias na forma de uma dupla hélice. Mas, se você modificar o formato desse ácido nucleico para a forma arredondada, você tem resultados espetaculares. Um deles é que o DNA poderá entrar em outras células da pele ou do sangue, por exemplo. Com essa potencialidade, podemos utilizar esse DNA para detectar doenças e realizar diagnósticos muito rápidos. O pressuposto é que, ao entrar na célula doente, o DNA sadio poderá corrigi-la. Essa é uma das possibilidades que a nanotecnologia oferece.

Tal tecnologia já possui uma aplicação no mercado?

Já é uma realidade comercial em diagnósticos médicos, como ferramenta de cuidado básico. A maioria dos exames de sangue é realizada em locais onde uma amostra do sangue do paciente é retirada, enviada a um laboratório, depois os resultados chegam ao consultório, e o médico conversa com o paciente. Isso pode levar até dois dias, duas semanas. Com esse tipo de teste, o diagnóstico pode ser feito no local, no hospital e talvez pelos próprios médicos. Basicamente, você corta a linha do tempo, o que ajuda o paciente. Para dar um exemplo, podemos utilizar o caso de uma infecção extrema com quadro de sangramento (como ocorre com os pacientes do Ebola), a chamada *sepsis*. A cada hora de demora para detectar a doença, aumentam as chances de morte em 80%. Os testes atuais para o Ebola ficam prontos em três dias. Isso é muito tempo. Com os novos exames será possível obter o resultado em nove minutos. Esse tipo de diagnóstico também se torna mais barato, e o médico poderá receitar o que o paciente necessita, e não aquilo que ele pensa ser o necessário. Esses testes estão disponíveis na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia, mas vão chegar à América do Sul.

A nanotecnologia poderá curar doenças como câncer ou Alzheimer?

É algo muito difícil de se afirmar. Existem diversas formas de câncer, algumas bastante complexas porque se transformam em mais de uma doença. Há alguns tipos de câncer que poderão ser curados. Mas a nanotecnologia terá grande papel no desenvolvimento dos tratamentos porque poderá reestruturar os medicamentos, que consequentemente



Cientista criou estruturas que tornam diagnósticos médicos mais rápidos e precisos

poderão ser entregues aos órgãos que os vão desenvolver e colocar em uso. Será como descobrir uma “bala de prata” sem causar outros danos ao corpo do paciente por conta de tratamentos agressivos. Lembrando que a grande vantagem da nanotecnologia é o fato de atuar no âmbito micro, portanto, é muito mais precisa.

Seu grupo de pesquisa desenvolveu um diagnóstico para o câncer de próstata 300 vezes mais rápido que um comum.

Foi em 2009 que conseguimos desenvolver o teste para esse tipo de câncer, mas ele já pode ser utilizado para diversas outras doenças, como as sexualmente transmissíveis, o Ebola e outras doenças do sangue.

Como você criou a tecnologia Dip Pen Nanolithography?

Essa técnica funciona como uma agulha com uma ponta muito pequena. Meus filhos diriam que é a menor caneta do mundo. A origem da tecnologia Dip Pen surgiu de um estudo sobre o comportamento da água. Com essa técnica, você pode colocar um vírus na superfície de uma célula e observar como ele a

infecta. Assim, rapidamente, comercializamos a tecnologia porque pode ser utilizada nas mais diversas áreas de pesquisa.

Existem áreas ainda não exploradas pela nanotecnologia?

Acredito que todas as áreas já sejam exploradas com o auxílio da nanotecnologia. Algo muito interessante e que deverá ser mais estudado é o fato de a nanotecnologia poder explorar o arranjo das moléculas. Se tenho um material com coloração dourada, posso transformá-lo em azul, conforme forem rearranjadas as moléculas. Esse é um conceito muito poderoso porque significa poder pegar qualquer coisa velha e torná-la nova e diferente ou miniaturizada. Ou seja, novos materiais que não existem podem ser criados na área de eletrônicos, ótica, pesquisa em meio ambiente, despoluição de água, medicina, energia, entre outras.

As pesquisas com nanotecnologia podem oferecer algum risco à saúde?

Arrisco dizer que não existem riscos se não houver uma superexposição aos materiais químicos em

estudo. Trabalhar com nanotecnologia é o mesmo que trabalhar em outras áreas da Química. Você precisa ter respeito e cuidados. Já no caso da regulamentação, funciona como quaisquer outras pesquisas: o FDA (U.S. Food and Drug Administration – agência equivalente à Anvisa no Brasil) precisa aprová-las.

Como funciona a cooperação com a UFRGS?

Estudantes estão realizando intercâmbio entre as duas instituições para trocar experiências com a molécula fulereno (uma das formas do carbono, a terceira mais estável após o diamante e a grafite). Ainda existe um enorme campo de pesquisa para esse elemento, considerando que foi descoberto há cerca de 30 anos. O fulereno tem estruturas exatamente iguais, parece uma “bola de futebol”. Portanto, o desenvolvimento desse componente, juntamente às pesquisas relacionadas ao DNA, poderá facilitar e ampliar o diagnóstico rápido de doenças. O fulereno é fundamental porque torna o estudo muito mais preciso, e será uma evolução conseguirmos substituir o ouro nos estudos com ácidos nucleicos esféricos (SNAs).



PAULO VISENTINI / ARQUIVO PESSOAL



Outra Coreia do Norte

Em um país onde a maioria da população carece de recursos para adquirir um automóvel particular, não há congestionamentos e predomina o transporte coletivo

Geopolítica Professores viajam ao país asiático, constatando a visão mitificada da península

Jacira Cabral da Silveira

As 48 horas de viagem que antecederam a chegada à Coreia do Norte serviram para repassar uma série de imagens associadas ao país mais fechado do mundo, como é geralmente descrita a península asiática. “99% dos enfoques são extremamente negativos”, pondera o coordenador do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS (PPGEEI), Paulo Visentini. Mas a oportunidade de conviver com os norte-coreanos por alguns dias traz outros elementos para se compreender esse país: “Como chegar a um lugar tão distante, uma nação ameaçada, mas que tem um povo tranquilo”, argumenta o professor.

De 18 a 26 de julho deste ano, Analúcia Danilevicz Pereira e o colega Paulo Visentini, coordenador do PPGEEI, estiveram na República Democrática Popular da Coreia, ao lado de três parlamentares, em missão brasileira ao país asiático. Ambos pesquisadores do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), eles foram convidados a participar do grupo por estarem, à época, finali-

zando um livro sobre a revolução coreana para a Editora Unesp (Universidade Estadual Paulista). Durante a estadia, depois da agenda de compromissos e das visitas guiadas, puderam circular livremente nos finais de tarde. Foram nove dias que, segundo eles, comprovaram o quanto a Coreia do Norte “é um país pouco conhecido e muito mitificado no Ocidente”, observa Visentini. “As informações são distorcidas, senão falseadas, porque existe todo um jogo internacional com o qual a mídia é conivente”, acrescenta Analúcia.

Grandes potências – A Coreia do Norte é um dos raros países do mundo cercado por grandes potências: China, Rússia, Japão e, devido à projeção de poder na região, Estados Unidos.

Tal situação geográfica condiciona sua política externa tanto pela relação de submissão durante o período em que foi colônia japonesa (de 1910 a 1945) quanto posteriormente como uma nação dividida pela rivalidade internacional proporcionada pela Guerra Fria e por uma guerra civil travada de 1950 a 1953, opondo a Coreia do Sul e seus aliados, que incluíam os Estados Unidos e o Reino Unido, à Coreia do Norte, apoiada pela República Popular da China e pela antiga União Soviética.

“A guerra ainda está aberta”, ressaltava Visentini, por isso o que o governo norte-coreano deseja atualmente é um acordo com os norte-americanos: “Que eles aceitem o regime praticado na Coreia do Norte, aceitando também seu status nuclear, e assinem o tratado permanente de cessar-fogo”.

Dia a dia – Conforme o professor, em decorrência da destruição das cidades durante as guerras, o que se vê hoje em Pyongyang são três levas urbanistas: “Uma reconstrução imediata ocorrida após o fim da guerra, muito ao estilo soviético, com blocos de apartamentos que carecem de acabamento, mas que chamam a atenção pela solidez. O segundo momento se deu por volta dos anos 70, quando começaram as obras futurísticas. Elas lembram muito as criações do Oscar Niemeyer; são edificações imponentes, com avenidas largas, limpas, arborizadas. Nos últimos anos, teve início uma terceira leva, com edifícios bem modernos”. Fazem parte desta última etapa os parques, o circo, museus, basicamente espaços que a população pode frequentar ao final do dia em passeios feitos sempre em família.

Ao visitarem um desses locais de lazer, enquanto conversavam sobre a rotina de trabalho e estudo no Brasil, os guias perguntaram: “Como é que alguém que trabalha oito horas consegue focar-se nos estudos à noite? Ainda tem força pra isso?”. A resposta foi um sorriso. O sistema educacional norte-coreano funciona em tempo integral para todos os níveis, com atividades de estudo, artísticas e esportivas. Ao visitarem a Escola Internacional de Futebol, em que meninos e meninas estudam em regime de semi-internato, depararam-se com algo inusitado. Assim que os estudantes souberam que havia um grupo de brasileiros em visita à escola, pensaram que estivessem à procura de craques: “Ficaram enlouquecidos”, descreve a professora Analúcia.

Além do ensino, a saúde e a

moradia são gratuitas na Coreia do Norte. Existem postos do governo nos quais a população retira mantimentos básicos para a alimentação. Mesmo nos hotéis ou restaurantes, a professora comenta que não há exageros – embora se coma bem, não há desperdício.

Contrariando outras cidades asiáticas em que há muito tráfego e trânsito congestionado, em Pyongyang predomina o transporte coletivo: trólebus, metrô, bondes e ônibus. Como o salário é baixo, embora não haja desemprego, a maioria da população não tem condições financeiras para comprar um automóvel. Alguns dos poucos carros que circulam pertencem a pessoas que se beneficiaram com uma economia de mercado que começou a surgir a partir dos anos 90: “Não tinha dinheiro nem para pagar os agentes de polícia, não havia comida suficiente para todo mundo, então tiveram que deixar a sociedade funcionar a sua maneira”, explica Visentini. Com isso, alguns norte-coreanos passaram a trazer mercadorias da China, criando mecanismos paralelos: “Gente que compra uma van na China paga uma licença ao governo, uma propina para algum funcionário, mas aquilo teoricamente é do Estado, e começa a explorar uma linha de lotação para transporte; as pessoas começaram a fazer dinheiro de outras formas”.

Entretanto, o professor avalia que essa situação não está institucionalmente clara, na medida em que surgiu um poder privado que ainda não foi reconhecido, como na China. Se, por um lado, o governo mantém as aparências, por outro, as forças privadas sabem que sobrevivem apenas

com esse Estado. “Eles são cientes de que, se o país desestabilizar, se houver qualquer briga interna, há o perigo de o governo cair e ser anexado pela Coreia do Sul.” E, se isso ocorrer, observa o pesquisador, eles não terão competência para concorrer com os negociantes sul-coreanos. “Além disso, o governo não tem capacidade de fazer voltar ao que era antes, então eles estão tentando um caminho próprio e trazendo bem-estar para a população imediatamente”, argumenta.

Modernização sem reforma – De acordo com Visentini, houve um primeiro momento de caos na Coreia do Norte quando a União Soviética ruiu e não havia como manter a economia. Ao mesmo tempo, a China tinha ingressado na era de reformas e queria moeda conversível para os produtos. Foi a chamada Penosa Marcha, período de sofrimento coletivo com frequentes cortes de energia e escassez de alimentos, especialmente nos anos de 1994/95. Foi também nessa época que morreu o primeiro presidente Kim Il Sung, que governou o país por 46 anos, de 1948 a 1994, fato que agravou ainda mais o sofrimento da população. Somadas a esses problemas, ocorreram grandes enchentes e secas. Calcula-se que 450 mil coreanos tenham morrido ou de fome ou por doenças decorrentes da desnutrição, nesse período, numa população de 23 milhões de coreanos. “Isso foi sanado com o auxílio da comunidade internacional, inclusive com o apoio da Coreia do Sul, pois o país vizinho não deseja o colapso norte-coreano, temendo que isso desencadeie o caos transfronteiriço”, conclui o professor.



Governo quer aproximar C&T da produção

Incentivo *Ministro diz que lideranças científicas e articulação empresarial serão fundamentais*

Everton Cardoso e Jacira Cabral da Silveira

Em outubro, o ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Clélio Campolinha Diniz, esteve na UFRGS participando da cerimônia de abertura do Salão UFRGS 2014. Em entrevista ao Jornal da Universidade, enfatizou o interesse do governo federal em combinar os esforços em ciência e tecnologia com a modernização produtiva do Brasil. Nesse sentido, foram elaboradas Plataformas de Conhecimento de caráter público-privado: “Essas Plataformas serão estruturadas pela lógica da resolução de problemas, orientadas pela demanda de interesses estratégicos do país. Deverão gerar conhecimento, produtos e processos com alto impacto na CT&I na vida das pessoas e do país”. Embora admita que a orientação do programa seja buscar a solução de problemas tecnológicos, garante que as áreas de humanas continuarão sendo atendidas. “Até o final do ano, será lançado o edital do Proinfra, destinado a demandas de universidades e instituições públicas de pesquisa”, assegurou.

Na avaliação do governo, qual a posição do Ministério de Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento do país?

Nossa concepção é de que educação, ciência, tecnologia e desenvolvimento devem andar juntos. Por isso, temos trabalhado um conjunto de políticas em parceria com o Ministério de Educação (MEC), como o apoio significativo às universidades e, mais recentemente, o Pronatec, com a intenção de mudar a educação básica. Por outro lado, o Ministério de Ciência,

Tecnologia e Inovação – que é relativamente novo, pois foi criado em 1985 – incorporou um conjunto de instituições já existentes e tem mantido a coerência das ações. Duas instituições são o carro-chefe da pasta: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que provê toda política de fomento e de incentivo à pesquisa no Brasil; e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – Inovação e Pesquisa –, que é o braço operacional financiador da infraestrutura e da pesquisa no sistema acadêmico universitário público e privado, e também no setor empresarial. Temos ainda um conjunto de 28 instituições ligadas ao Ministério. Seguindo a orientação da presidente Dilma, nossa tarefa foi preparar um plano para o Ministério capaz de combinar as ações da educação, da ciência, da tecnologia e do desenvolvimento.

Pensamos em realizar editais públicos para que seja um sistema aberto e democrático

Então, definimos o Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento (PNPC), coordenado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, mas com a participação das pastas da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e da Fazenda (MF). A ideia é acompanhar expe-

riências mundiais, sem copiá-las, mas também sem desconhecê-las, e com um esforço combinar ciência e tecnologia com produção. Esse é o debate contemporâneo: ciência e tecnologia têm de estar a serviço da humanidade. Afinal, somos um país capitalista, por isso a base produtiva é a empresarial. Nossa intenção é harmonizar os esforços em ciência e tecnologia com a modernização produtiva do Brasil. Isso está sendo feito de forma articulada entre os ministérios de Ciência e Tecnologia e da Educação juntamente com o Ministério do Desenvolvimento.

Mas, de forma mais concreta, o que vem sendo realizado para promover essa integração?

Primeiro, o Programa das Plataformas é uma proposta de médio e longo prazos, não é nada conjuntural. Foi constituído um comitê – coordenado por mim e com a participação dos ministros da Saúde, do Desenvolvimento e da representação da comunidade científica – que tem por objetivo definir as prioridades. Estipulamos ainda um conjunto de setores para os quais criamos um comitê assessor, composto de especialistas científicos e também de profissionais dos órgãos do governo e das empresas. Já definimos até agora algumas áreas nas quais estamos aprofundando nossos estudos. São elas: aeronáutica, energias renováveis, petróleo e gás, agricultura, saúde. Vamos definir linhas e ações e realizar editais públicos para que seja um sistema aberto e democrático, sendo obrigatória a associação entre empresas e comunidade científica para apresentar uma proposta única, em que se

estabeleça que apoio dar a esta última. A comunidade científica é, fundamentalmente, recurso de fomento, predominantemente operacionalizado pela Capes. E a comunidade empresarial pode ter algum tipo de fomento, mas terá também financiamento via órgãos como a Finep. Portanto, temos uma conjunção de quatro instituições encarregadas de implementar as plataformas. Estas farão estudos detalhados por setor sobre o que acontece no âmbito mundial e no Brasil, sobre o que identificamos como setor prioritário em nosso país, seja pelas potencialidades científicas e tecnológicas, seja pelas prioridades econômicas ou pelas prioridades sociais. Logo, é essa intencionalidade a combinação que está sendo feita. Como eu disse, não são projetos de conjuntura; estamos preparando plataformas.

Com relação ao setor produtivo, não haveria uma submissão aos interesses da produção? A ciência não ficaria pautada por esse viés?

Não, esse é um aspecto sobre o qual precisamos ter muita clareza. Ao longo da história, a ciência esteve separada da produção, e a concepção das plataformas é exatamente essa: como combinar ciência e produção. Portanto, teremos de identificar bases científicas que estejam dispostas a trabalhar em conjunto para resolver problemas da produção. Na indústria farmacêutica, por exemplo, temos grupos de pesquisa muito consolidados analisando várias alternativas que possam ser apoiadas para respaldar a produção de medicamentos e de vacinas. E existem empresas consolidadas que têm interesse. Porém, ainda há outras que estão em área

de fronteira e que sabem que, sem base científica, não conseguirão um salto efetivo. De maneira que há, nessa perspectiva, uma combinação de interesses: os cientistas querem que seus conhecimentos sejam aplicados, e as empresas sabem que precisam de base científica para sua produção.

E para aquelas áreas que não têm essa aplicabilidade imediata ou que são de outra natureza, como Artes e Letras?

O programa das Plataformas não vai universalizar o apoio, por isso mesmo ele é apenas um avanço. Por outro lado, não estamos cancelando nenhuma política em andamento. Tanto é que o MEC continua apoiando todo o sistema universitário brasileiro, o Pronatec e outros mais. Nosso ministério continua divulgando os editais universais do CNPq. Ou seja, não cancelamos nenhum programa em andamento, assim como está acontecendo com o Ciência sem Fronteiras, que segue em funcionamento. Nas plataformas, inclusive, será necessária a presença das humanidades, já que você não consegue, por exemplo, fazer uma análise de mercado, de potencial de mercado, de condições de competição sem ouvir o pessoal da economia, da administração. Agora, o programa é de orientação para a solução de problemas tecnológicos, mas as outras áreas serão bem-vindas à medida que puderem participar. Outro exemplo: não dá para realizar um estudo da questão da saúde sem fazer uma projeção demográfica, ou seja, existem janelas para atrair as humanidades. Mas o programa é focado em soluções tecnológicas.

RAMON MOSER/JU



Clélio Diniz, ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, falou no Salão UFRGS sobre o Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento

O que é o PNPC?

O Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento (PNPC), lançado em junho deste ano, cria uma rede de pesquisa englobando empresas, setor público e institutos de pesquisas com a intenção de desenvolver produtos que possam ser levados à sociedade. A iniciativa prevê medidas de estímulo a investimentos, a fim de elevar parâmetros qualitativos e quantitativos de ciência, tecnologia e inovação. A proposta deve aumentar as verbas em pesquisa e desenvolvimento para 2% até 2020, reduzindo a distância de países como China, Coreia e Estados Unidos. O plano busca ainda facilitar o regime de compras de matéria-prima para a pesquisa científica e gerar consórcios por meio do Regime Diferenciado de Compras e Contratações para atividades de CT&I (RDC). O conteúdo integral do Programa pode ser acessado pelo site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação pelo endereço www.mct.gov.br.



Deixa esse povo falar

Música

Carmen Miranda e Carlos Gardel e a construção das identidades nacionais

Como foram escolhidos os símbolos do Brasil e da Argentina? Que grupos sociais se sentem representados por eles? Essas são perguntas que Alessander Kerber busca esclarecer no livro *Carlos Gardel e Carmen Miranda, representações da Argentina e do Brasil*, recém-lançado pela Editoria da UFRGS. O autor, professor de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, analisa a obra musical e as performances de Carmen Miranda e Carlos Gardel, relacionando-as às identidades populares e regionais para demonstrar como foram construídos esses símbolos nacionais.

O processo de constituição de um imaginário do Brasil e da Argentina deu-se no período entre guerras, de extremo nacionalismo em diversas nações. Em ambos os países, a emergência de um estado autoritário e o desenvolvimento do nacionalismo ocorrem entre as décadas de 30 e 40 nos governos de Vargas e de Perón. É também nesse contexto que os meios de comunicação começam a emergir e Carmen e Gardel se tornam ídolos das massas.

Segundo Alessander, a escolha desses artistas não foi aleatória. Apesar do sucesso alcançado no Brasil e na Argentina, Carmen nasceu em Portugal, e a cidade natal de Carlos Gardel ainda é motivo de



disputa entre França e Uruguai. “Os dois buscaram driblar o fato de não terem nascido nos países em que se tornaram ídolos. Quando perguntado sobre o lugar do seu nascimento, o cantor respondia: ‘minha pátria é o tango’”, observa o professor.

A fonte primária da pesquisa de Alessander foi a obra musical dos cantores. Ele viajou a Buenos Aires, onde conseguiu todas as 930 letras de músicas e grande parte das gravações dos tangos de Gardel na Academia Nacional do Tango. No Brasil, foram analisados 281 sambas de Carmen Miranda. “Realizado todo o levantamento musical, comecei a fazer a interpretação das letras, com o objetivo de encontrar indícios de como eram representados o Brasil e a Argentina”, detalha.

O autor investigou as canções e a trajetória de Gardel até 1935, ano de falecimento do compositor. A análise das canções de Carmen vai até o ano de 1940, data em que a intérprete viaja para os Estados Unidos e se torna um ícone da indústria cultural daquele país.

Representação popular – Tanto as canções de Carmen quanto as de Gardel surgem da interpretação das identidades populares. Em diversas músicas da cantora percebem-se as figuras do “malandro” dos morros cariocas ou de identidades regionais, como a baiana da famosa canção *O que é que e baiana tem?*. Por não se identificar com as letras dessas canções, parte da elite burguesa as rejeitou. Em *Deixa esse povo falar*,



FOTOS: DIVULGAÇÃO



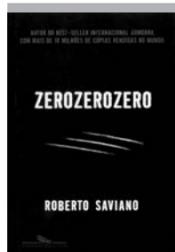
Carlos Gardel e Carmen Miranda: representações da Argentina e do Brasil

Alessander Kerber
Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014
224 páginas
R\$ 30 (valor médio)

Carmen critica esse preconceito contra o samba. Quando vai aos EUA, também é criticada pela elite brasileira, que a considera um produto moldado pela indústria cultural norte-americana. Muitos tangos de Gardel trazem a figura do *gaucho*, o homem que veio do meio rural e instalou-se nas regiões periféricas de Buenos Aires. Para o autor, o maior motivo para a aceitação de Gardel

como símbolo nacional pela elite burguesa argentina é o sucesso que o tango fez na Europa: “Na década de 1910, o gênero era apreciado nos salões nobres de Paris. Quando foi valorizado pelos franceses, as elites portenhas passaram a considerá-lo importante”.

Jéssica Menzel, aluna do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



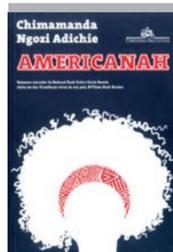
Zero zero zero

Roberto Saviano | São Paulo: Companhia das Letras, 2014
408 páginas | R\$ 54 (preço médio)

Na rota do pó

O autor de *Gomorra*, best-seller sobre a história da máfia italiana, traz em sua mais recente obra o sistema do narcotráfico mexicano. Roberto Saviano costura em *Zero Zero Zero* um panorama que inicia com as relações firmadas entre o cartel colombiano de Medellín, sob o comando de Pablo Escobar, e o cartel mexicano de Guadalajara, gerido pelo poderoso Miguel Ángel Félix Gallardo, que resultaram no controle da produção e distribuição de cocaína na América Latina nos anos 80. Nesse retrato contundente, Saviano traz detalhes sobre as táticas de terror dos narcotraficantes para dominar áreas e eliminar inimigos. A indústria do pó, cujos lucros imensuráveis permitem o uso da expressão “petróleo branco”, determina o rumo de uma sociedade em que poucos enriquecem a custa do trabalho de milhões de operários. Além disso, o escritor italiano fala das relações promíscuas entre governos, polícia e narcotráfico. Saviano argumenta ainda que quem não entende a economia do tráfico jamais poderá compreender as relações econômicas do mundo atual. “É a origem de tudo. Quem ignora o México nunca

compreenderá o destino das democracias transfiguradas pelos fluxos de narcotráfico.” Por outro lado, o autor diz que a ferocidade se aprende. A violência com requinte de crueldade também tem vínculos com a tecnologia. Muito antes das decapitações do Estado Islâmico serem divulgadas no Youtube, os traficantes mexicanos já usavam a internet como tática do medo. Não obstante, tropas de elite de exércitos e milícias passam a atuar com as organizações criminosas, o que se revela muito vantajoso, pois os soldados já são treinados. Saviano cita os Kaibiles, esquadrão de elite antissubversão do Exército da Guatemala, formado durante a guerra civil guatemalteca. Com o fim do conflito, muitos dos soldados começaram a trabalhar com os narcotraficantes, aplicando verdadeiros massacres. O autor, que conta com escolta permanente desde que publicou *Gomorra*, não informa suas fontes no livro, mas agradece a uma ampla rede de colaboradores que contribuiu para a publicação. *Zero Zero Zero* é a mais fina e pura farinha de trigo, mas também o apelido da cocaína de melhor qualidade. (Samantha Klein)



Americanah

Chimamanda Ngozi Adichie | São Paulo: Companhia das Letras, 2014,
516 páginas | R\$ 50 (preço médio)

Estranha na terra natal

Quando seu país vive tempos sombrios sob um regime de exceção, nos anos 1990, a jovem nigeriana Ifemelu é enviada de Lagos aos Estados Unidos a fim de estudar em uma universidade norte-americana. Extremamente crítica, a garota logo percebe as mazelas do cotidiano dos imigrantes africanos na América. Habituada a uma realidade em que a questão econômica é o principal viés para a exclusão social, ela descobre as interdições, sutis ou escancaradas, impostas aos que não têm a pele branca. A fim de refletir sobre essa realidade, cria um blog no qual exercita sua sagacidade com bom humor e acaba arrebanhando milhares de seguidores. As impressões da blogueira a respeito do comportamento dos nativos e dos não nativos são o ponto de partida deste romance, ganhador do National Book Critics Circle Award. Em um dos textos, ela provoca: “Querido negro não americano, quando você escolhe vir para os Estados Unidos, vira negro. Pare de argumentar. Pare de dizer que é jamaicano ou ganense. A América não liga”. Mas, ansiosa por impressionar

seus leitores, Ifemelu aos poucos passa a sentir-se como um abutre que se alimenta das carcaças das histórias dos outros em busca de algo que pudesse usar no blog. A garota percebe então que é hora de voltar à terra natal. Mas o retorno, depois de treze anos vivendo no exterior, não será fácil. Para começar, ela reencontra Obinze, o ex-namorado dos tempos de escola, agora um bem-sucedido empresário do ramo imobiliário. O leitor é então apresentado aos costumes da sociedade nigeriana, sucintamente descritos na fala da personagem Uju, tia da jovem blogueira: “Vivemos numa economia de puxa-saquismo [...] O maior problema deste país não é a corrupção, O problema é que há muitas pessoas qualificadas que não estão onde deveriam estar porque não puxam o saco de ninguém, [...] Eu tenho sorte, estou puxando o saco certo”. Essa análise certeira, que bem poderia ser aplicada ao Brasil, serve de base para novas reflexões de Ifemelu a respeito da Nigéria e da vida de seus habitantes, pontilhada por esperanças teimosas de um futuro melhor. (Ânia Chala)



Interfaces de uma história

Urbanismo *Os laços urbanos e culturais que uniram a Universidade à cidade de Porto Alegre*

Rita Maria Mendonça de Figueiredo*

A ideia de associar belas edificações, construídas como sedes de cursos superiores, à noção de modernidade e desenvolvimento de uma cidade, como ocorreu com os primeiros prédios erguidos para abrigar os Cursos Universitários Livres de Porto Alegre, reflete uma complexa relação universidade/cidade que se repetia mundo afora. São os casos da Universidade de Edimburgo, da Universidade de Leiden, da Universidade de Genebra, entre outras. Fenômeno idêntico se verifica quando analisamos as interfaces entre a UFRGS e a capital gaúcha.

O chamado centro de Porto Alegre, hoje localizado numa ponta do espaço urbano junto ao Guaíba, foi o núcleo original da cidade. Quem observa um mapa da capital percebe que a UFRGS expandiu-se ao longo das vias radiais que partem desse Centro Histórico em direção à zona leste. Essas vias eram antigos caminhos que levavam a outras localidades e foram também as primeiras rotas da expansão natural de Porto Alegre.

Cursos livres – Criada em 28 de novembro de 1934, há 80 anos, com a denominação de Universidade de Porto Alegre, a UFRGS mantém uma relação com a cidade bem mais antiga que isso, uma vez que, desde o final do século XIX, a capital já contava com os chamados Cursos Universitários Livres. O primeiro curso universitário porto-alegrense foi a Faculdade Livre de Farmácia, inaugurada em 1895, resultado da organização de profissionais gaúchos preocupados em defender o exercício da profissão, pois médicos, dentistas e farmacêuticos dividiam espaço com curandeiros, boticários, práticos, benzedeiras e barbeiros. Inicialmente, a Faculdade de Farmácia ocupou o prédio do Atheneu Rio-grandense, cedido pelo estado e, em 1900, já unificada com a Faculdade Livre de Medicina, passou a funcionar em um edifício situado na atual Rua General Vitorino. Em 1904, transferiu-se para o local onde hoje funciona a Sala Alziro Azevedo, espaço para

apresentações teatrais do Departamento de Arte Dramática da UFRGS. Em 1924, houve nova mudança, dessa vez para o prédio projetado para receber a Faculdade de Medicina. Em 1958, instalou-se em definitivo no prédio da Avenida Ipiranga.

A Escola Livre de Engenharia foi criada em 1896, sendo que seu edifício-sede foi erguido entre 1898 e 1900. Na mesma época, a capital contou com outros três cursos livres: a Faculdade Livre de Medicina, instituída em 1898, quando da anexação da Faculdade de Farmácia ao Curso de Partos; a Faculdade Livre de Direito, fundada em 1900; e a Escola Livre de Belas Artes, inaugurada em 1908. Essa Escola funcionou primeiramente em um prédio alugado na Rua Senhor dos Passos, posteriormente adquirido e demolido para dar lugar à nova sede, onde funciona até hoje.

Várzea do portão – A localização inicial dos cursos livres, com exceção do de Agronomia, ocorreu no Centro Histórico, na “península”, geralmente em prédios alugados e hoje demolidos. O terreno destinado pelo então prefeito José Montauray às novas sedes dos cursos, o atual Câmpus Centro, era conhecido por “várzea do portão”, uma área alagadiça localizada próxima à entrada das antigas paliçadas que cercavam a cidade até o fim da Revolução Farroupilha. Porto Alegre crescia e precisava de uma ampla gama de profissionais capacitados em todas as áreas do conhecimento. Logo, foi necessário erguer outros prédios para sediar desdobramentos dos Cursos Livres. Conforme o Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS (SPH), em 1900 foi erguido o prédio do Colégio Júlio de Castilhos, que preparava aspirantes a engenheiros; no ano seguinte, o chamado “Chateau”, projetado para abrigar as Oficinas do Instituto Parobé, que ministrava ensino técnico; em 1908, o Observatório Astronômico e o “Castelinho”, que sediava oficinas ligadas à Escola de Engenharia e ao Instituto Parobé; em 1910, o Instituto Eletrotécnico, que se mantém com a mesma função; e o Laboratório de Resistência dos Materiais, hoje Museu da UFRGS.

Já o Instituto Agrônomo e Veterinário da Escola Livre de Engenharia foi erguido em 1913 na antiga Estrada do Mato Grosso, hoje Av. Bento Gonçalves. Em 1924, foi construído o Instituto de Química Industrial, atual Anexo 2 da reitoria. Paulatinamente, a construção dos prédios dos cursos livres foi configurando o primeiro quarteirão do Câmpus Centro. O Plano Geral de Melhoramentos de 1914 para a cidade, elaborado pelo engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel, já identificava os prédios da Universidade, porém não fazia referência a projetos para a área por eles ocupada, a não ser o alargamento de algumas ruas próximas.

Plano diretor – A criação da Universidade de Porto Alegre (UPA), que viria a se tornar a UFRGS, ocorreu em 28 de novembro de 1934 por decreto do general Flores da Cunha, então governador do Rio Grande do Sul. Na assinatura do documento estavam presentes, entre outros, o professor Sarmiento Leite (Medicina), o primeiro reitor, professor André da Rocha (Direito), e o governador Flores da Cunha. Era uma época de grandes mudanças políticas no cenário brasileiro, tendo Getúlio Vargas na presidência. A nação desejava modernidade, competitividade na economia e surgiam novos conceitos na educação, como a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Um dos símbolos do crescimento da cidade nesse período é o Viaduto Otávio Rocha, inaugurado no mesmo ano de criação da UPA.

Em 1938, o prefeito Loureiro da Silva contratou o arquiteto paulista Arnaldo Gladosh para elaborar um plano diretor. Durante a confecção desse documento, surgiu, pela primeira vez, a ideia da cidade universitária em localização aproximada do atual Câmpus do Vale. Visando minimizar o problema das cheias do Arroio Dilúvio que castigavam a cidade, o arquiteto também previu naquele terreno a construção da represa.

Em 1947, a UPA é transformada em Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), incorporando as Faculdades de Direito e de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria. O mundo vivia um

período de pós-guerra e a economia brasileira passava por um primeiro ciclo de industrialização. Na política, Getúlio é deposto em 1945 e, dois anos depois, o país teria uma nova Constituição.

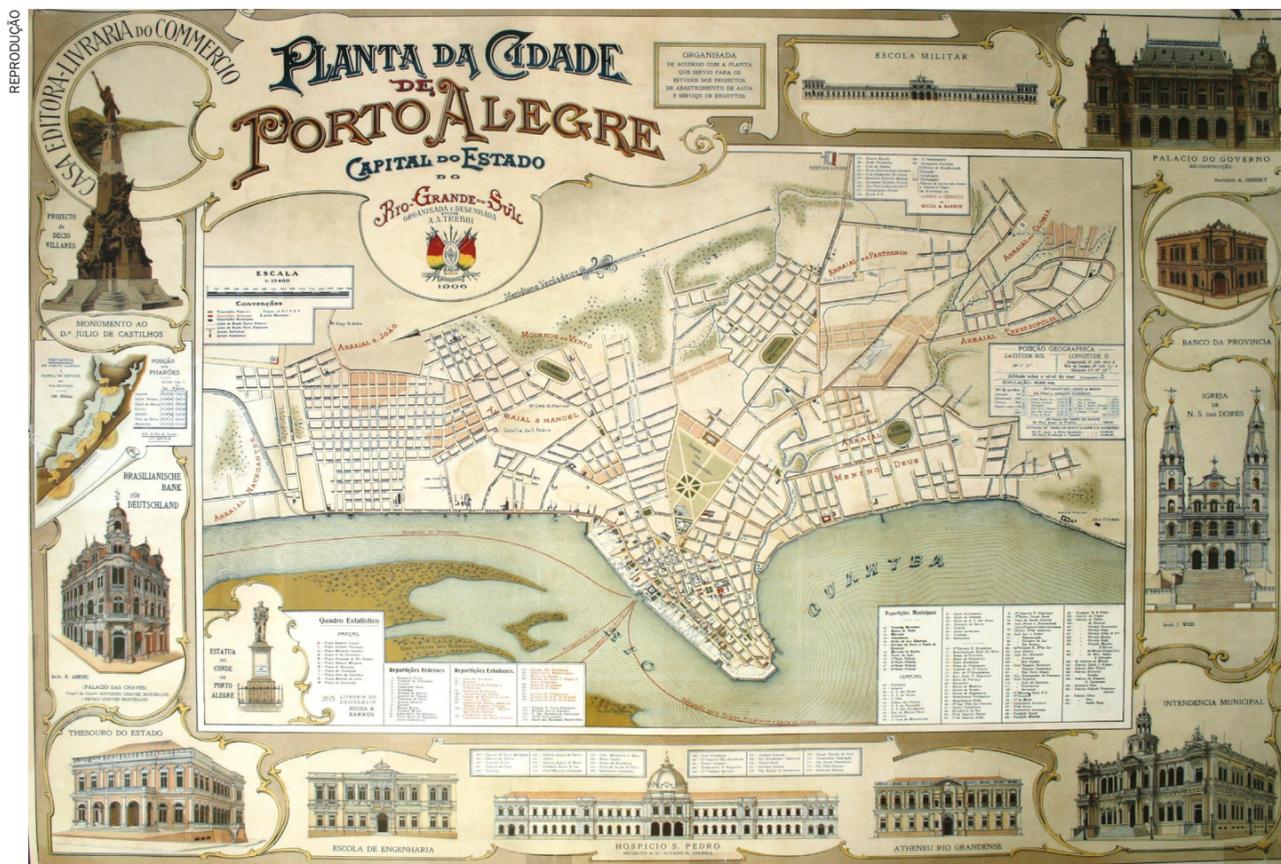
Na Universidade, em 1948, iniciam-se as obras do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. O projeto do Câmpus da Saúde, do arquiteto carioca Jorge Moreira, autor da Cidade Universitária do RJ, atual Câmpus do Fundão, trouxe à cidade uma concepção arquitetônica e urbanística inovadora e uma nova estética, o Modernismo. A implantação desse novo câmpus traria também desenvolvimento e adensamento àquela área, tal qual a criação do Câmpus Centro em relação ao terreno da Várzea. Ajudaria ainda a descentralizar a cidade, já uma preocupação nas décadas de 1940-50. A posterior decisão municipal de prolongar a Rua Ramiro Barcelos e criar uma alternativa de tráfego de ligação ao centro da cidade, outro problema que surgia à época, alterou o projeto inicial de implantação do Câmpus da Saúde da Universidade.

O ato de Federalização da URGS se deu em 1950, e com ele toda a estrutura física e os recursos humanos da Universidade passam a ser mantidos por verbas federais. Na política, por voto popular, Getúlio Vargas volta ao poder. Todavia, somente após a Reforma Universitária de 1968 a Universidade do Rio Grande do Sul passaria a denominar-se Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a ter a organização atual. Ao longo dos anos 1950, em Porto Alegre, a importância que a UFRGS adquiriu se evidenciou pela construção de um edifício isolado para seus setores administrativos, a reitoria. Nessa época houve grande aumento de área construída nos quarteirões do Câmpus Centro, o que favoreceu que também crescesse o número de pessoas estudando, trabalhando e circulando nessa região.

Vanguarda – Movimentos mundiais de arquitetura e urbanismo tiveram reflexos em Porto Alegre, e a UFRGS, por vezes, serviu de vanguarda a essas novas tendências na cidade. Seus exemplares construídos são parte importante da memória da sociedade gaúcha.

Podem-se identificar quatro fases de expansão da Universidade na cidade. A primeira delas, a da ocupação do Atheneu Rio-grandense e de pequenos prédios na região da península. A segunda foi a da construção dos edifícios-sede dos Cursos Universitários Livres a partir do final do século XIX no atual Câmpus Centro. A terceira fase se deu em torno da década de 1950/60, com a construção das edificações no Câmpus da Saúde, do Hospital de Clínicas e dos prédios de características modernistas do Câmpus Centro. Finalmente, com a anexação da ESEE, atual Câmpus Olímpico, e principalmente quando do início da construção do Câmpus do Vale, na década de 1970, ocorre uma fase de crescimento físico da UFRGS, talvez a maior delas em termos de área construída. A Universidade, além de ter territórios significativos representados por seus câmpus dentro de Porto Alegre, tornou-se um importante foco de interesse e produção cultural e científica da cidade em que está implantada. A capital, ao longo dos anos, imprimiu à “sua” universidade características que a tornaram única, ou seja, a cidade e a universidade se construíram mutuamente.

*Arquiteta e mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS



► **Redação** João Pedro Teixeira | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE

Homenagem a Barbosa Lessa

Unimúsica Projeto encerra o ano revisitando a obra do pioneiro do tradicionalismo rio-grandense

No dia 17 deste mês, às 20h, ocorre a sétima edição da *Série Compositores: A Cidade e a Música*, com a inédita parceria entre o violonista Yamandu Costa e o grupo Camerata Pampeana, do maestro Tasso Bangel. O concerto que marca o encerramento das atividades do Unimúsica 2014 faz uma homenagem ao tradicionalista Luiz Carlos Barbosa Lessa.

Músico, escritor, publicitário e folclorista, Barbosa (1929-2002) fez parte do grupo de alunos do Colégio Júlio de Castilhos que, incomodado com a crescente influência dos costumes norte-americanos e com o desdém aos hábitos campeiros, fundou o primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG), estabelecendo as bases do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Entre 1950 e 1952, Barbosa realizou uma série de viagens com seu amigo Paixão Côrtes a fim de pesquisar e recolher resquícios de músicas e danças regionais e recriá-las.

Hoje no comando da Camerata Pampeana, o maestro Tasso Bangel foi fundador do histórico Conjunto Farroupilha, um dos primeiros grupos a gravar as composições do tradicionalista e de atuação fundamental na divulgação de suas pesquisas. “Em 1948 eu formei o Conjunto, e em 1949 o Barbosa me procurou para mostrar (a toada) *Negrinho do Pastoreio*, que nós incorporamos ao repertório.



Então, começamos a ter contato com *pezinhos, balaios, maçanicos* e todo esse folclore que ele e o Paixão recolheram. Isso resultou no primeiro disco do Conjunto Farroupilha, de 1952, no qual gravamos as danças por eles recolhidas”, conta Tasso.

Assim como para Tasso, que voltou a morar em Porto Alegre após quatro décadas em São Paulo, para Yamandu Costa o concerto tem um sentido de volta às raízes. O violonista, que reside desde os 18 anos na região Sudeste, vibra com a possibilidade de prestar a homenagem junto com o maestro. “Para mim é um reencontro com a música que eu cresci ouvindo. Poder

revisitar a obra do Barbosa Lessa, que tem uma representatividade enorme dentro da nossa história, é um aprendizado. Ainda mais com a parceria do Tasso. É um sonho de infância poder tocar com ele e dividir esse sentimento que é falar da música do nosso lugar”, resume Yamandu.

O concerto, promovido pelo Departamento de Difusão Cultural da Pró-reitoria de Extensão, ocorre no Salão de Atos da UFRGS, com direção de Renato Mendonça. Os ingressos poderão ser retirados a partir do dia 15, no mezanino do Salão de Atos, mediante a doação de um quilo de alimento por pessoa. Informações pelo fone 3308-3933.

ESPECIAL

Bazar UFRGS “+ arte e cultura”

Mostra anual apresentando as produções artísticas realizadas pela comunidade universitária.
Data: 1.º a 5 de dezembro
Local e horário: Sala João Fahrion, das 10h às 17h
Entrada franca

Banda da Casa

Show com o grupo formado por moradores da Casa do Estudante Universitário (CEU), que apresenta composições próprias relacionadas às experiências na CEU, além de reinterpretar alguns sucessos da música regional brasileira.
Data: 3 de dezembro
Local e horário: Sala João Fahrion, 17h
Entrada franca

Conferências UFRGS

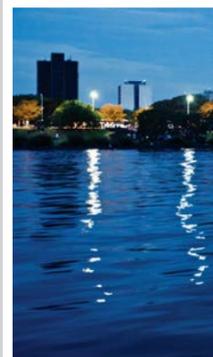
Última atividade do ciclo, que tem como tema “Passado mais que Presente” e propõe uma abordagem bastante conectada com a história e com a experiência vivida dentro e fora do espaço de nossa universidade.

CRISES E TENSÕES IDEOLÓGICAS NA UNIVERSIDADE
Conferência com o professor aposentado do Instituto de Psicologia Luiz Osvaldo Leite, que irá analisar diferentes momentos do embate de ideias no Rio Grande do Sul.
Data: 3 de dezembro
Local e horário: Sala II do Salão de Atos da UFRGS, 19h
Entrada franca

EXPOSIÇÃO

Coleções de saberes: trajetórias de conhecimentos na UFRGS

Mostra que integra o patrimônio cultural produzido e preservado pela Universidade. As coleções provêm dos diversos espaços que compõem a Rede de Museus e Acervos Museológicos: instrumentos, obras de arte, artefatos arqueológicos, fósseis, publicações, rochas e minerais, acervos de ensino e muitos outros elementos.
Visitação: até 29 de maio de 2015
Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h
Entrada franca, com agendamento para turmas e grupos pelo site www.ufrgs.br/museu



Guaíba por Achutti

Exposição que apresenta imagens do lago Guaíba produzidas pelo fotógrafo e professor Luiz Eduardo Robinson Achutti chega ao Câmpus do Vale com o uso de estruturas especialmente confeccionadas para mostrar fotografias em espaços abertos da UFRGS.
Data: até 11 de dezembro
Local: pátio central do Câmpus do Vale
Entrada franca

MÚSICA

Série compositores - a cidade e a música

O penúltimo concerto do projeto Unimúsica 2014 homenageia o compositor Lupicínio Rodrigues.

ENCONTRO COM ADRIANA CALCANHOTTO
Bate-papo com a artista sobre a obra e a influência de Lupi na música popular.
Data: 3 de dezembro
Local e horário: Salão de Atos da UFRGS, 16h

CONCERTO EM HOMENAGEM A LUPICÍNIO RODRIGUES
Adriana Calcanhotto interpreta canções de Lupi em um espetáculo com participação especial de Arthur Nestrovski
Data: 4 de dezembro
Local e horário: Salão de Atos da UFRGS, 20h
Entrada franca com retirada de ingressos no mezanino do Salão de Atos a partir de 1.º de dezembro.

Som no Salão 2014

Projeto que abre o palco do Salão de Atos para músicos de diversos estilos.

MOTIVOS ÓBVIOS
Show com a banda que mescla reggae roots, ska, raggamuffin, soul e pop.
Data: 10 de dezembro
Local e horário: Salão de Atos, 20h
Entrada franca. Serão aceitas doações de 1kg de alimento no dia da apresentação.

Ospa, Nelson Freire e Chopin

Concerto da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre em homenagem aos 80 anos da UFRGS, tendo como solista convidado o pianista Nelson Freire. No repertório, o Concerto para Piano e Orquestra N.º 2 de Chopin; e a Sinfonia N.º 6 de Tchaikovsky. A regência é do maestro Shinik Hahm.
Data: 16 de dezembro
Local e horário: Salão de Atos, 20h30
Ingressos limitados à comunidade universitária, mediante apresentação do cartão UFRGS.

CINEMA

Documentos musicais

A Sala Redenção finaliza a programação de 2014 exibindo documentários que aprofundam o universo de artistas e cenários musicais do fim dos anos 60 até hoje. A mostra tem curadoria de Maurício Lobo e entrada franca.

CARTOLA - MÚSICA PARA OS OLHOS (Brasil, 2006, 85 min), de Lírio Ferreira e Hilton Lacerda
Sessões: 1.º/12, 16h; 12/12, 19h

FABRICANDO TOM ZÉ (Brasil, 2006, 89 min), de Décio Matos Júnior
Sessões: 1.º/12, 19h; 2/12, 16h

MARLEY (EUA, 2012, 144 min), de Kevin Macdonald
Sessões: 2/12, 19h; 3/12, 16h

TUPAC: RESURRECTION (EUA, 2003, 112 min), de Lauren Lazen
Sessões: 4/12, 16h; 18/12, 19h



FOO FIGHTERS: BACK AND FORTH (USA, 2011, 147 min), de James Moll
Sessões: 4/12, 19h; 5/12, 16h

LED ZEPPELIN - THE SONG REMAINS THE SAME (EUA/ Reino Unido, 1976, 137 min), de Peter Clifton

e Joe Massot
Sessão: 5/12, 19h

BUENA VISTA SOCIAL CLUB (Cuba/França/EUA e outros, 1999, 110 min), de Wim Wenders
Sessão: 8/12, 16h

WHEN YOU'RE STRANGE (EUA, 2009, 90 min), de Tom DiCillo
Sessões: 8/12, 19h; 9/12, 16h

LOUCURAS DE UM GÊNIO (*The devil and Daniel Johnston*, EUA, 2005, 110 min), de Jeff Feuerzeig
Sessões: 10/12, 16h; 18/12, 16h

END OF THE CENTURY: THE STORY OF THE RAMONES (EUA, 2003, 110 min), de Jim Fields
Sessões: 11/12, 16h; 19/12, 16h

GIMME SHELTER (EUA, 1970, 91 min), de Albert Maysles e David Maysles
Sessões: 11/12, 19h; 12/12, 16h

GEORGE HARRISON: LIVING IN THE MATERIAL WORLD (USA, 2011, 208 min), de Martin Scorsese
Sessões: 15/12, 16h; 19/12, 19h

ANVIL! THE STORY OF ANVIL (USA, 2008, 80 min), de Sacha Gervasi
Sessões: 15/12, 19h30; 16/12, 16h

À PROCURA DE SUGAR MAN (*Searching for Sugar Man*, Reino Unido, 2012, 85 min), de Malik Bendjelloul
Sessões: 16/12, 19h; 17/12, 16h

CineDDebate em direitos humanos

Projeto que propõe uma reflexão sobre múltiplos temas em direitos humanos. Coordenação de Giancarla Brunetto e curadoria de Nykolos Friedrich Von Peters Correia. Sessão na Sala Redenção com entrada franca

O BANHEIRO DO PAPA (*El Baño del Papa*, Uruguai, Brasil, França, 2007, 90 min), de César Charlone e Enrique Fernández
Sessão: 3 de dezembro, 19h

História da arte e cinema: heterotopias

Ciclo de filmes realizado na Sala Redenção que explora temas da história

da arte a partir da tela do cinema. Coordenação de Luís Edegar Costa. Entrada franca.

O FANTASMA DO FUTURO (*Kôkaku Kidôtai*, Japão, 1995, 82 min), de Mamoru Oshii
Comentador: Bruno Dorneles (licenciado em Artes Visuais pelo Instituto de Artes - UFRGS)
Sessão: 10 de dezembro, 19h

O HOTEL DE UM MILHÃO DE DÓLARES (*The million dollar hotel*, EUA, Reino Unido, Alemanha, 2000, 122 min), de Wim Wenders
Comentador: Diego Dias, bacharelado em História da Arte pela UFRGS
Sessão: 17 de dezembro, 19h

ONDE?

► **Museu da UFRGS**
Oswaldo Aranha, 277
Fone: 3308-3390

► **Pátio Central**
Bento Gonçalves, 9,500
Fone: 3308-3933

► **Sala João Fahrion**
Paulo Gama, 110, 2.º andar
Fone: 3308-3034

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**
Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3066

Meu Lugar na UFRGS



Vida com trilha sonora

Foram as trilhas de filmes e desenhos animados na infância que despertaram sua paixão pelo som. A curiosidade pelas tecnologias fez com que aprendesse muito cedo o funcionamento de diversos equipamentos de áudio. Aos 14 anos, Neudimar da Rocha – “Batata” para os íntimos – já trabalhava na Super Rádio Tupi de Porto Alegre. Daí não parou mais. Trabalhou na Rádio Guaíba como operador de áudio e, em 2004, migrou para a Rádio da Universidade. Um ano depois, descobriu seu lugar no Estúdio de Rádio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS (Fabico).

Nas manhãs de segunda a sábado, Batata pega dois ou três ônibus e se desloca de Gravataí, cidade onde mora, para atender às produções de áudio dos estudantes de graduação. Gravações de entrevistas, edições de programas, produção de spots publicitários: “Tudo que um técnico faria em uma rádio comercial”, explica. A principal contribuição para a formação dos alunos é oferecer no estúdio experiências semelhantes às do mercado de trabalho. “A gente leva o mais próximo do que seria um estúdio de áudio de publicidade ou de qualquer emissora. Uma aproximação da realidade, do que vai ter lá fora. Mas sem tanta cobrança”, brinca.

A sonoplastia, que trata da ambientação e do efeito sonoro, é no que Batata realmente gosta de trabalhar. Durante seus 10 anos de Fabico, ele se descobriu muito mais sonoplasta do que técnico de áudio. “Em algumas disciplinas, a gente fazia audioficções, radionovelas e precisava criar toda uma trilha e alguns efeitos sonoros. Acabei desenvolvendo meu talento e me tornando um sonoplasta muito melhor por causa da prática aqui dentro”, relembra.

Na relação com os estudantes, o grande desafio é entender o que eles pedem. Segundo Batata, muitos chegam ao Estúdio de Rádio pela primeira vez sem ter muita noção de como funciona, então é preciso compreender o que o aluno deseja e dar sugestões para que o trabalho seja aprimorado.

“Normalmente quando não se atinge o que o aluno gostaria, a gente tenta fazer de outra forma.” O mais legal nessa relação acaba sendo a troca que ocorre todos os semestres: “No meio do ano, entra gente nova, com novas ideias. É o que acaba movimentando isso daqui”. Com a facilidade das redes sociais, Batata acaba mantendo amizade com diversos alunos. Muitos ainda dão uma passada no estúdio para visitá-lo.

Se perguntarem por Neudimar da Rocha nos corredores da Fabico, talvez ninguém saiba informar quem é. O apelido de “Batata”, ou carinhosamente “Batatinha”, já foi incorporado por alunos, funcionários e professores. Quando Batata foi contratado pela Rádio Guaíba, Luiz Carlos Reche era o chefe de esportes da emissora. Na cobertura de grenais e jogos esportivos, ele estava sempre ao lado de Reche. Foi em uma das coberturas do clássico do futebol gaúcho que o jornalista Rogério Belch lhe consagrou o apelido. “O Rogério me olhou, eu gordinho e baixinho, ao lado do Reche, alto e magro, e falou: ‘Ali tá o Mandachuva e ao lado dele o Batatinha’ [personagens de um desenho animado]. O apelido pegou, e eu o assumi como nome artístico”, conta.

Desde que chegou ao estúdio de rádio da Fabico, muitas coisas mudaram. Foram contratados dois técnicos que revezaram de turno com Batata, e o estúdio está esteticamente mais bonito e com equipamentos modernos: “A gente batalhou para comprar equipamentos novos e entregar aos alunos o melhor possível”. Em meio às transformações, uma delas é motivo de imenso orgulho: “A partir do momento que eu entrei aqui, a gente começou a ganhar muitos prêmios com as produções dos estudantes – coisa que nunca tinha acontecido. Tudo isso por causa da dedicação de alunos e professores”.

Jéssica Menzel, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Militante por herança

Maria Ceci Misoczky

Na história familiar, as origens de seus ideais

Jacira Cabral da Silveira

O dia começa devagar. Enquanto come granola com leite e mamão, confere as notícias no ‘Diário Oficial’, como ironicamente se refere a um dos jornais diários de Porto Alegre. A professora Maria Ceci Araujo Misoczky mora no centro histórico da capital e geralmente almoça a caminho da Escola de Administração da UFRGS, onde trabalha há 14 anos. Depois da última aula, lá pelas 20h, o regresso para casa exige mais cuidado, por isso ela acelera: “Ninguém me alcança. Só reduzo o passo quando chego à Rua Fernando Machado”, graceja.

Natural de Sant’Ana do Livramento, na fronteira oeste do estado, a mudança para Porto Alegre com os pais ocorreu em 1964. Devido à atuação política de dona Lavínia, sua mãe, a família decidiu transferir-se para a capital, em vez de cruzar a fronteira para o Uruguai, especialmente porque ela precisava manter seu emprego na Receita Federal.

Desse período, Ceci recorda: “Acordei num dia normal de colégio e, nos postos de gasolina perto da minha casa, havia tanques de guerra. Pouco depois, alguém foi me buscar na escola e ficamos fechados em casa. Em maio, já estávamos em Porto Alegre”. De início, a família precisou hospedar-se provisoriamente na casa de uma tia, próxima à Avenida Borges de Medeiros. Mais tarde, se mudou para um apartamento nos arredores.

O irmão mais velho de Ceci, Luiz Carlos, já havia morado com a

tia quando cursou então o segundo grau, e agora voltava com a família, buscando refúgio naqueles perigosos anos de chumbo.

Paixão pela cidade – Hoje, passados 50 anos, a professora se confessa apaixonada pela capital. Mas revela só ter percebido a dimensão desse afeto durante o período em que morou no Rio de Janeiro: “Vim visitar a família. Os jacarandás estavam floridos e fui tomar um café no terraço do Theatro São Pedro. Ali tive consciência de que essa era a cidade em que eu tinha de viver”. Mesmo nas férias, ela e o companheiro André preferem desfrutar de tudo o que a metrópole tem a oferecer.

Tempos depois de se instalar na capital, Ceci graduaria-se em Medicina e faria mestrado em Planejamento Urbano e Regional; o doutorado em Administração deixaria para bem mais tarde. “Fui doutora velha”, brinca, explicando: “Fiz a opção por criar os filhos [Clarice e Guilherme]. Como já havia passado pela experiência de fazer o mestrado com filhos pequenos, achei mais prudente fazer o doutorado sem aquele ‘manhêee’”.

Militância – Antes de ingressar no magistério superior em 2000, na UFRGS, Ceci trabalhou por 20 anos como sanitária no governo federal, no estado e na prefeitura de Porto Alegre. Hoje, segue atuando na gestão em saúde. Pouco antes de receber a repórter do JU, a professora tratava de um projeto no qual seu grupo de pesquisa de Gestão em Saúde trabalhou com o Ministério da Saúde brasileiro em parceria com os governos de Cuba e do Haiti para fortalecer o sistema de saúde haitiano. “Mantenho meu vínculo com a saúde coletiva”, observa a docente que também atua no grupo Organização e Práxis Libertadora.

Considerando sua trajetória profissional e definição política, Ceci reconhece a influência materna: “Na minha geração não era comum ter

uma mãe como a que eu tive”. Mas o pai também é grande referência: “Sou filha de classe operária. Meu pai era empregado de um frigorífico, e minha família dava muito valor ao trabalho”. Migrante húngaro, seu Ilie começou a trabalhar aos 14 anos: “Ele não escrevia corretamente e depois de se aposentar ainda atuou por 20 anos como gerente de frigoríficos”, orgulha-se.

Sanitarista e militante do Partido Comunista Brasileiro, a professora integrou-se à reforma sanitária brasileira: “O PCB foi o berço do projeto de reforma sanitária que resultou na criação do Sistema Único de Saúde”. No governo de José Sarney, “ocupamos posições em vários lugares da administração pública federal, e aqueles com cargos no antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) fizeram a transição para a criação do SUS”. Nesse período, foi secretária de Planejamento no INAMPS do estado. Antes disso, já havia exercido outras funções que a conduziram à administração em saúde. “Isso explica por que vim parar na Escola de Administração.”

Braba? – “Sou fronteiriça”, é como Ceci justifica a forma contundente como expressa suas indignações. Por isso, preventivamente, alerta seus alunos quando inicia o semestre: “Não estou braba. Sou fronteiriça”. Ela reconhece, entretanto, que ainda há quem se assuste com suas reações: “Meu companheiro levou 15 anos pra entender que eu não estava braba”, sorri ao lembrar. Essa forma incisiva de expor suas ideias contribuiu para que seu nome fosse indicado pelos alunos para concorrer por duas vezes ao cargo de vice-reitora – em 2008 e em 2012. Porém, o fato de ter participado de duas eleições não tem a ver com um desejo pessoal de poder: “Isso inclui viver a dimensão política da Universidade”, explica. Nesse sentido, lamenta: “Cada vez mais o professor se fecha no seu mundinho”.



FOTOS: FLAVIO DUTRA/JU

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Retrospetiva

A Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, integrando as comemorações do 80.º aniversário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresenta a exposição *Presença da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo nos 80 Anos da UFRGS*.

Todos os artistas participantes foram também professores do Instituto de Artes e fundaram um campo artístico e cultural inovador. Reunindo obras relevantes da coleção, realizadas entre o final do século XIX e a atualidade, esta exibição permite uma visão de conjunto do acervo e do trabalho desenvolvido na instituição.

Nesta etapa, a mostra traz a produção de professores com obras inventariadas na coleção e que não estão mais em atividade no Instituto – aqueles que estão em atuação serão parte de uma segunda etapa.

Os trabalhos presentes nesta exibição tiveram pouca visibilidade nas últimas décadas, destacando-se uma importante coleção de esculturas praticamente inéditas. A exposição também dá ao público acesso a obras de artistas de diferentes gerações que atuaram conjuntamente, permitindo seu confronto e comparação. Oportuniza ainda o diálogo entre a produção do início do século XX e as produções modernista e contemporânea, por meio de um percurso cronológico que favorece a visão orgânica do desenvolvimento da arte produzida no estado.

Finalmente, mas não menos importante, esta mostra dá ao visitante a chance de conhecer e fruir um patrimônio de notável importância artística e histórica, que pertence a todos e que esta Universidade ajudou a construir.

BLANCA BRITES

PAULO GOMES

CURADORES



De cima para baixo: *Retrato de Maria José Cardoso*, João Fabrion, 1956; *Retrato do pintor Raul Doveza*, Ado Malagoli, 1949; *Corona e suas alunas*, Alice Soares, 1940-50; *Residência rústica*, Libindo Ferrás, 1917; *Bailarinas*, Pedro Weingartner, 1896



A EXPOSIÇÃO É FRUTO DA PARCERIA DO DEPARTAMENTO DE DIFUSÃO CULTURAL DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS QUE, JUNTOS, PLANEJARAM ESTA MOSTRA. A VISITAÇÃO VAI ATÉ 19 DE DEZEMBRO, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 10H ÀS 18H, NO SALÃO DE FESTAS DA REITORIA (AV. PAULO GAMA, 110 - 2.º ANDAR), COM ENTRADA FRANCA.



Sistema político *Especialistas debatem as propostas para resolver a crise de representação no Brasil*

TEXTO EVERTON CARDOSO

FOTOS FLÁVIO DUTRA
GUSTAVO DIEHL

Se 2013 foi o ano dos protestos e dos debates sobre a conjuntura brasileira, 2014 foi o momento em que essa discussão tomou contornos pautados pela política, não só no que se refere aos candidatos que disputavam os cargos majoritários e proporcionais em níveis federal e estadual. O próprio sistema de escolha tem sido alvo de debate, já que parece estar se desenhando o que o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos tem chamado de uma “patologia da representação”, ou seja, os cidadãos acabam não se sentindo parte do processo decisório incumbido a seus representantes por meio do sufrágio. O resultado disso foi que uma das pautas mais presentes durante a campanha presidencial, sobretudo, foi a de uma reforma política, ainda que o

tema não seja nenhuma novidade nas últimas décadas. Reeleição, duração de mandatos, coligações partidárias, financiamento de campanhas, formato das eleições proporcionais e obrigatoriedade do voto estão entre os pontos a serem debatidos. Dentro desse espírito, o Caderno JU deste mês conversou com cinco professores da Universidade para trazer à tona aspectos ligados à reforma que ora se discute. Nas páginas desta edição, imagens de Flávio Dutra e Gustavo Diehl traduzem a inconformidade com o atual modelo e o quanto o processo eleitoral deixa restos que, se não aproveitados como insumo para a mudança, se tornam apenas dejetos e deixam passar a possibilidade de o sufrágio ter como legado muito mais do que os resultados apurados nas urnas.

Pichação assinada pela
Federação Anarquista
Gaúcha (FAG) em muro da
Avenida Loureiro da Silva



Depois de finalizado o processo constituinte que resultou na Carta Magna de 1988, várias têm sido as discussões quanto ao funcionamento do sistema político brasileiro. De acordo com o pesquisador e professor do PPG em Ciência Política da UFRGS Carlos Arturi, dois foram os momentos em que esse tema voltou com mais força nas últimas décadas: na época do plebiscito para a escolha da forma e do sistema de governo, em 1993; e quando da emenda constitucional que tornou possível a reeleição para cargos executivos, em 1997. “De lá para cá esse debate nunca saiu da arena”, enfatiza. Carlos ressalva, porém, que o consenso na sociedade brasileira está apenas no que se refere à necessidade da reforma: como não há um acordo sobre como ela deva ser nem na academia nem no meio político, existe aí uma dificuldade para fazer avançar a pauta. “Nosso problema não está diretamente ligado às instituições que temos hoje nem ao sistema partidário e eleitoral. Todas essas instituições e práticas da democracia brasileira podem ser aperfeiçoadas, mas há outras questões maiores que podem ser resolvidas por lei”, opina.

Regime de coalizão – Conforme o professor Aragon Érico Dasso Júnior, do Departamento de Ciências Administrativas da Escola de Administração da UFRGS, esse é um assunto que não foi bem resolvido no processo consti-

tuinte ocorrido há quase três décadas. “Saímos com alguns problemas”, avalia. Na opinião do docente e pesquisador, o documento que serve de base para a organização do Estado brasileiro cria, pela forma como foi pensado, uma dependência do Poder Executivo em relação ao Legislativo de maneira que os presidentes precisam se submeter ao que se tem chamado de um “presidencialismo de coalizão” – o que não é nenhuma novidade no caso do Brasil. “Mesmo ganhando uma eleição majoritária, nunca o chefe do Executivo tem base suficiente. É absolutamente normal; mais ainda num regime presidencialista”, pondera.

Nessa mesma linha, o professor de Direito da UFRGS e da PUCRS Sérgio Borja aponta que muito desse peso colocado sobre o Legislativo se deve principalmente ao fato de a Carta de 1988 ter sido egressa de um regime de força, o mesmo que acontecera em 1946. Em ambos os casos, havia uma preocupação de os legisladores minimizarem o poder concentrado sobre o chefe do Executivo. O advogado aponta ainda que uma das inovações da Constituição mais recente em relação às anteriores, e que acentuou o presidencialismo de coalizão, foi o estabelecimento de um segundo turno para as eleições majoritárias para cargos executivos. Se, por um lado, isso fez com que os eleitos tivessem maioria absoluta e, por isso, mais legitimidade para governar, por outro, criou a necessidade de os partidos precisarem se aliar para, no momento em que restarem apenas

dois concorrentes, obterem a vitória. “Para se conseguir maioria absoluta, é preciso fazer coligações, e elas dissolvem o que formalmente é um sistema multipartidário”, explica. “Material e substancialmente”, define, “tem-se um sistema duplo, com situação e oposição.” Nesse sentido, o que Borja diz ser uma “bipolaridade patológica” tem contraposto agrupamentos políticos organizados ao redor do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). “Até duas eleições atrás, via-se, de alguma forma, a manutenção do varguismo, que retirou as extremas direita e esquerda e instalou um meio-termo entre os opostos”, explana sobre o que ficou conhecido como uma “meia-estação entre o capitalismo e o socialismo”. No pleito de 2014, no entanto, houve uma ruptura nesse equilíbrio, com a exacerbação de posicionamentos antagônicos e mais tendentes ao extremismo.

O processo de crise que se acentuou a partir de junho do ano passado deve-se, na leitura feita pelo docente, a um fator preponderantemente econômico: a política adotada pelo atual governo federal está levando a um processo inflacionário; este, por sua vez, gera um consequente desequilíbrio na sociedade brasileira por tocar no bolso do cidadão – seu “órgão mais sensível”. “O que está acontecendo agora é que se necessita de uma reforma que nos retire desse presidencialismo de coalizão, que é a origem da corrupção generalizada. Não é um sistema republicano, é feudal; os partidos

aparelham o Estado. E isso não acontece com um eventual ocupante de poder, mas com qualquer um que o assuma”, assevera sobre um traço do sistema político nacional que faz com que a sociedade não acredite mais nem em esquerda nem em direita. Essa exacerbação ainda estaria relacionada a uma não estabilidade entre forças antagônicas, fato também presente no contexto internacional. “Com o desequilíbrio externo, estamos com uma polarização entre as teorias de direita e de esquerda. É um sistema de gangorra que vem perturbando a sequência de desenvolvimento econômico e político do Brasil”, explica. E sentencia: “As coisas não vão ficar bem se os extremos continuarem se digladiando de forma sectária, se ameaçando com ditadura. Essa polarização vai impedir o surgimento de uma nova democracia eclética, como se tem visto na União Europeia.” O professor destaca que o que se vê no Brasil hoje é uma espécie de maniqueísmo infantil, como acontece com as torcidas dos times de futebol. “Isso leva a uma situação de divisão política, a uma crise que mata a possibilidade de reforma política. O que vai sair disso é uma democracia prejudicada”, prevê.

Regras perenes – O conjunto de mudanças que se tem proposto, porém, não se constitui exatamente numa reforma política, pois apenas diz respeito a transformações no sistema partidário e eleitoral. Essa é a leitura que faz o professor Luiz Alberto Grijó, do Departamento

Estamos num momento tão decisivo quanto o da abolição da escravatura ou o da proclamação da República, frente a um desafio de reformulação, de criação de uma política de Estado



longo de estabilidade na República foi de 1891 até 1930. Embora as regras estivessem mais ou menos estabelecidas, havia o chamado ‘voto de cabresto’, e a participação média da população nas eleições girava em torno de 6 ou 7%”, relata sobre um momento em que o sufrágio não era universal – apenas homens alfabetizados tinham direito ao voto. “Só com a abertura e a redemocratização é que inauguramos o período que vivemos hoje”, acresce sobre um intervalo de tempo que chega a três décadas.

É por esse retrospecto que o docente reforça o argumento de que uma proposta de reforma deve pressupor um debate aprofundado, para que se estabeleçam parâmetros e normas que transcendam os 15 ou 20 anos de duração. “De quatro em quatro anos, praticamente, se põem em xeque as regras do processo eleitoral”, critica. Ele ressalta, no entanto, que é preciso que a forma de eleição goze de credibilidade, pois se desacreditada coloca em dúvida o sistema como um todo. “Esses questionamentos têm sido recorrentes por parte dos perdedores, e não só na atual conjuntura. É um clima de desconfiança da norma, pois ela não os beneficia. Que tipo de regra se vai propor?”, questiona.

Partidocracia – Na avaliação de Sérgio Borja, as mudanças mais necessárias estão vinculadas à organização dos partidos políticos brasileiros, responsável por boa parte da exclusão e do descrédito do eleitorado. “A Constituição de 1988 adotou um sistema que contraria toda a doutrina de outras nações, em que os partidos são de direito público. Aqui eles são instituições de direito privado. Isso veio para o bem, para transferir essa responsabilidade para a sociedade civil”, justifica. “Infelizmente”, lamenta, “o que aconteceu na prática foi que oligarquias tomaram conta dos partidos. São as mesmas pessoas há anos, e é um sistema em que elas são donas dessas agremiações”.

Pela experiência do docente, que participou da fundação de duas siglas – o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) –, também na constituição dessas agremiações políticas há consequências do período ditatorial. “Ambos os partidos tinham egressos das guerrilhas e funcionavam em sistema fechado, que não permitia neófitos como eu. Eu os ajudava, mas eles não me colocavam nos postos de chefia. Distribuíam-nos entre os companheiros da luta anterior”, conta sobre o que resultou em um sistema fechado. “É muito difícil criar novidade”, ressenete-se.

“Temos de viver um novo mundo, não esse que está introjado. Estamos num momento tão decisivo quanto o da abolição da escravatura ou o da proclamação da República, frente a um desafio de reformulação, de criação de uma política de Estado. Só assim terminaríamos com a partidocracia que vivemos”, diz

Sérgio. Entre os paradoxos da organização partidária brasileira, o advogado aponta o fato de ela tornar a democracia do país quase monárquica: “Quantos filhos e netos de políticos estão concorrendo?”. Essa dinâmica engessaria ainda mais a estrutura das agremiações políticas, principalmente a partir de restrições econômicas e ideológicas que formam grupos bastante fechados.

Outro problema apontado pelo docente no atual modelo nacional é o fato de os partidos receberem verba pública, mas não a repartirem entre os candidatos; só os escolhidos pelo grupo dominante dentro do partido é que recebem. “É preciso fazer uma democracia interna. Essas formas estão ultrapassadas”, reivindica.

Modos de fazer – Para o professor do curso de Administração Pública e Social da UFRGS Aragon Érico Dasso Junior, essa é uma discussão que, para além do plano jurídico, deve ser avaliada pelo viés político. “No Direito, é possível fundamentar, mas é na política que se dá a decisão”, afirma sobre uma questão que vai além de parâmetros e argumentos técnicos, ainda que esses sejam parte integrante dela. “Toda e qualquer norma é sempre resultado de uma relação política”, argumenta, “e se entendermos que é preciso mudar, o Direito se adapta, é um meio ou técnica para a política, não a deve limitar”. Seria preciso, então, um acordo que permitisse se discutirem as mudanças no processo fundador do sistema brasileiro. É nesse sentido que Aragon diz ser a eleição de uma assembleia constituinte a saída de maior legitimidade. “Não seriam políticos profissionais, pois estaríamos convocando uma representação mais plural da sociedade”, diz sobre uma alternativa semelhante àquela usada em 1986, quando foram eleitos representantes exclusivamente para a elaboração do documento que seria promulgado dois anos mais tarde.

Outro modelo de reforma tem sido proposto por meio de plebiscito ou referendo. Conforme descrição do Tribunal Superior Eleitoral, ambos os mecanismos consistem em “consultas ao povo para decidir sobre matéria de relevância para a nação em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa”. A diferença entre os tipos de sondagem é que o plebiscito antecede a criação do projeto de lei que trate do tema, enquanto o referendo é convocado posteriormente para a população ratificar ou rejeitar a proposta. Para Aragon, esses mecanismos – assim como as leis de iniciativa popular – seriam uma mostra de uma reforma mais radical, que não seja só na representação, mas principalmente na participação dos cidadãos nas decisões do Estado – caso da proposta de mudança no sistema político-eleitoral. Entre as restrições atuais à

convocação dessas consultas está o fato de que só o Congresso pode fazê-lo; ao Executivo resta apenas a sugestão. “Poderíamos dizer que não haveria problema se isso fosse uma prática, mas desde 1988 tivemos apenas um plebiscito, em 1993 – para decidirmos entre República e Monarquia; e entre Parlamentarismo e Presidencialismo –, e um referendo em 2005 – sobre o comércio de armas de fogo e munições. E foram pouquíssimas leis de iniciativa popular, como a da Ficha Limpa”, esmiúça. E aponta: “Uma das broncas do Congresso Nacional é que esses mecanismos ganhem vida própria, autônoma em relação ao Legislativo”.

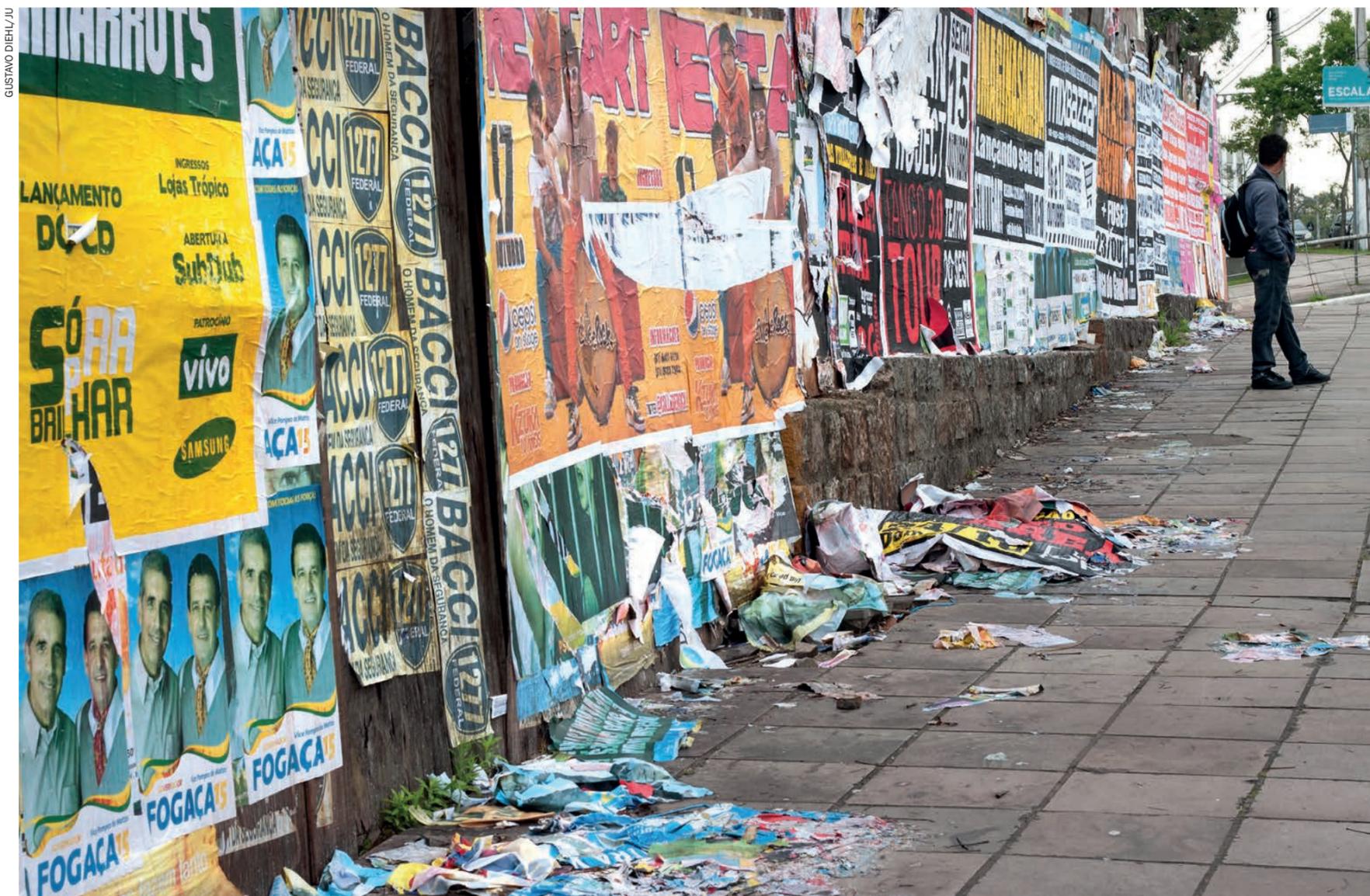
Constituinte exclusiva – Autor do livro *Reforma política e retrocesso democrático*, o professor aposentado de Ciência Política da UFRGS José Antônio Giusti Tavares diz que a proposta ora em debate é de uma reforma constitucional, já que o Brasil é uma nação democrática pautada pela Carta Magna de 1988. “Essas reformas podem ser obra de uma constituinte exclusiva, eleita enquanto tal; ou, como já se fez no Brasil e não é algo perverso, se pode entender que o Legislativo federal tem poderes de reforma constitucional. Ambas são possíveis e legítimas”, aclara.

Mas, segundo o docente, não há nenhum sentido fazer uma reforma desse teor por meio de uma consulta à população. “Pode ser simpático ao método populista, mas todo processo institucional deve obedecer a princípios que não são leis, são lógicos do processo político”, explana.

Para sustentar sua defesa de que essa mudança na Carta Magna deva ser feita pela via de representantes eleitos por sufrágio, José Antônio argumenta que um dos princípios que caracterizam as democracias constitucionais é o que se conhece por “mandato livre” ou “mandato virtual”. Segundo este, o Legislativo, quando constituído, tem o poder e a competência de decidir em nome dos que o elegeram de tal modo que o representante não tem obrigações perante o eleitor. “Isso é o que diferencia a democracia representativa do plebiscitarismo. O representante não se obriga perante o eleitor, este é que se obriga a acolher como suas todas as decisões que, em seu nome, o representante tomar no corpo legislativo. Portanto, se o representante em que ele votou ganhar ou perder, o eleitor se obriga em relação às decisões do corpo representativo”, esclarece. Como consequência disso, deputados, senadores e vereadores teriam um tipo de responsabilidade independente: “A responsabilidade dos representantes é perante todo o país, mesmo perante aqueles que não o tenham eleito”. Isso, obviamente, pressupõe que o político eleito não cometa violações a normas e leis.

de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. “Não se está pensando em abolir o Senado ou mudar o regime de governo. São apenas algumas alterações no processo de seleção das pessoas que são escolhidas pelo voto, ou seja, é eleitoral”, justifica. O pesquisador vinculado ao PPG em História, porém, ressalta a necessidade de se passar por um processo como o que agora parece estar se instalando no Brasil. “A questão é que as regras sejam claras, universais e respeitadas”, assevera. Na avaliação de Luiz Alberto, também é preciso que, neste momento, se chegue a um conjunto de normas que tenham certa perenidade, que não mudem conforme a vontade do grupo político que esteja no poder. “Não que essas regras tenham de ser imutáveis, mas elas não podem ser alteradas conforme quem estiver ganhando ou perdendo”, diz. Para ele, agora haveria um ambiente mais favorável a esse tipo de proposta por ser início de mandato, ou seja, os eleitos ainda não se acomodaram. “O Congresso é eleito conforme o sistema atual, mas uma mudança altera as práticas, as lógicas e os recursos que os atuais representantes terão de lançar mão para se reelegerem ou se elegerem para outros cargos nas próximas eleições”, destaca.

De acordo com o pesquisador, o Brasil tem tido historicamente momentos muito curtos de permanência da ordem política, já que o processo tem sido marcado por uma série de mudanças – muitas vezes subversões da própria ordem institucional. “O período mais



GUSTAVO DIEHL/JU

Em nosso país, a sociedade é muito heterogênea e requer um sistema aberto para a representação política, caso contrário haverá distorção

Para se tentar resolver a “patologia da representação”, uma das propostas é mudar a forma de eleição dos representantes para o Congresso Nacional, sobretudo no caso das eleições proporcionais. Atualmente, o sistema prevê que os partidos lancem candidatos e que os eleitores possam votar nas pessoas ou nas legendas. A partir disso, computam-se os votos por partido – ou coligação – e são distribuídas as cadeiras na Câmara proporcionalmente ao número recebido por cada sigla. Feito isso, os mais votados vão sendo colocados conforme as vagas da agremiação a que pertencem. O resultado desse cálculo é o que se tem chamado de “quociente eleitoral”. De acordo com o professor aposentado José Antônio Giusti Tavares, o mérito desse tipo de eleição – proporcional – é que ela minimiza o princípio excludente que há nas eleições majoritárias: “Não se tem nem maioria nem minoria. Claro que se pode ter uma representação que tenha maioria, mas não é como no princípio majoritário, em que boa parte não é representada”. Para o docente, uma alternativa para o atual sistema que poderia aproximar mais o eleitorado dos candidatos seria pautá-lo não mais pela abrangência estadual, mas a partir de distritos eleitorais. “O distrito não é o território, mas um conjunto de eleitores. Quando esse grupo é menor e mais localizado, a responsabilidade entre eleitor e eleito é maior”, esclarece. José Antônio aponta, entretanto, uma desvantagem nesse sistema: muita intimidade não é algo desejável.

Carlos Arturi diz que outro dos argumentos favoráveis mais usados para defender o voto distrital seria a realização de campanhas eleitorais mais baratas. Ele, no entanto, faz coro à observação de Tavares de que esse tipo de modelo pode criar uma relação de dependência indesejável no que se refere às representações em nível nacional: “Torna o deputado federal um ‘vereador federal’. Na Câmara, devem ser discutidos os destinos do país, e não as demandas locais”. O docente e pesquisador antevê ainda uma tendência à redução da pluralidade partidária. Isso porque os partidos menores talvez não tivessem força para lançar candidatos e realizar campanhas em tantos distritos. Outra questão decorrente disso seria que os partidos menores talvez não tenham quadros suficientes para lançar candidaturas em todos os distritos. “Se qualquer cidadão quiser votar em candidatos de outro distrito porque ele representa suas ideias, não pode. Há uma enorme restrição à possibilidade de escolha, pois o cidadão fica limitado a uma lista pequena que os partidos ofertam em um distrito”, justifica. O professor aponta também uma distorção do princípio proporcional da representação: como se

elege, em cada distrito, o candidato mais votado, e não há a distribuição dos assentos parlamentares segundo as votações por legenda, o processo acaba sendo majoritário. “A tendência é que só se elejam candidatos de partidos grandes. Partidos médios e pequenos não teriam chance. Um partido que tivesse 10 ou 15% de votos num sistema como o atual, por exemplo, se em nenhum distrito fizer mais de 50% dos votos, não elege ninguém. Os partidos que representem minorias seriam esmagados nas urnas”, adverte. “O Brasil é uma sociedade muito heterogênea”, acrescenta, “com mobilidade social e geográfica. É um país que requer um sistema aberto para a representação política, se não essa representação fica distorcida demais.”

Reforço partidário – Outro elemento importante dentro da discussão sobre as eleições proporcionais está relacionado aos partidos e a sua identidade. De uma maneira geral, essas agremiações políticas padecem de descrédito junto ao eleitorado – seja por não terem programas e propostas claras, seja pela inconstância de nomenclaturas e de filiados. Uma das primeiras propostas seria o voto em listas fechadas. Segundo essa fórmula, os filiados a determinada sigla se reuniram em convenção antes do período eleitoral e, em consenso, estabeleceriam uma lista ordenada de seus candidatos. De acordo com Aragon Érico Dasso Junior, esse modelo – adotado em vários países – tem como principal resultado um fortalecimento dos partidos. “As convenções passam a ser muito importantes, até porque a tendência é que se exija que tenham pelo menos 15% do total de filiados. Isso deve fortalecer o processo e minimizar os acordos de liderança”, diz sobre uma mudança que exigiria também o voto direto e secreto nas convenções, bem como uma regulação eleitoral mais sólida nesse contexto. Essa mudança preveria listas que alternassem nomes de homens e mulheres, o que equilibraria a representação por gênero na Câmara. “O voto no partido obriga o eleitor a ter de escolher melhor o programa, identificar um partido de preferência, até se filiar para ter uma relação mais orgânica”, diz sobre um processo que talvez torne menos sazonal e pessoalizada a relação dos eleitores com as siglas. No mesmo sentido de fortalecer as siglas, outra tendência é impossibilitar as coligações para eleições proporcionais. “Na prática, isso tende a eliminar do jogo político os partidos pequenos. Eles, não podendo se coligar, dificilmente elegeriam representantes. O que fica claro nesse pleito é a tentativa de diminuir o número de partidos, pois se entende que o espectro não é tão amplo assim. São pequenas variações dentro de uma mesma orientação”, explica.